

19º LIVRO DAS SECAS

TERESA ARANHA

(Seleção e organização)

Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria



**Banco do
Nordeste**



FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE
SM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Cont.

Resp. Alencar Araripe – Câmara Federal

Data 27 abril 1951

Fichário: Teresa

LEGISLAÇÃO REFERIDA

Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 72 § 8º:
É facultado ao orado se não tiver ultimado o seu discurso, requerer ao presidente conservá-lo inscrito para terminá-lo na sessão seguinte, o que somente lhe será concedido uma vez sem direito de transferir a outrem o tempo restante”.

O Sr. PRESIDENTE – Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o Sr. Alencar Araripe, primeiro orador do expediente.

O SR. ALENCAR ARARIPE – Sr. Presidente dispondo na sessão de hoje, apenas de dez minutos para encerrar as considerações ontem iniciadas solicito desde logo a Vossa Excelência seja dada como lida esta parte do meu discurso a fim de ser inserta no Diário do Congresso.

A mensagem que o Sr. Presidente da República enviou ao Congresso em 14 de março último afirma que a Constituição assegura os recursos necessários para o surgimento econômico do Nordeste e que o Governo está no firme propósito de empregar fielmente tais recursos.

É esta a promessa, mas os atos dos auxiliares do Governo, até agora, estão indicando o intuito de adotar norma diversa



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

quanto à aplicação do artigo 198 das Disposições Gerais da Constituição Federal. Efetivamente, a redução das secas no atual exercício lá estava realizada nos Ministérios e só o fato da ocorrência da atual crise climática na região foi que determinou outra solução.

Por outro lado o DASP na proposta orçamentária para 1952, está impondo ao Departamento das Secas que reduz o montante das despesas, embora esse montante esteja longe, muito longe dos 3% das rendas tributárias.

O Sr. Presidente da República na mensagem em apreço às páginas 6, 10, 11, 242 e 243 alude constantemente aos seus propósitos mui louváveis de elevar o nível da vida, conceder igualdade de oportunidade na competição social, instalar política de bem-estar em benefício das populações rurais.

Ora, no Nordeste, para se estabelecer política de bem-estar para se melhorar o padrão de vida das populações rurais o instrumento seguro, está nas obras contra os efeitos das secas, uma vez que as dificuldades de luta ali reinantes decorrem realmente dos surtos do flagelo.

Se o Chefe da Nação de fato quer ir ao encontro das necessidades da população pobre do interior daquela região, o caminho é este: empregar, em serviços sistemáticos e permanentes, as verbas destinadas a transformar a fisionomia social e econômica da região.

Declarou certa vez o Presidente Epitácio Pessoa que “as obras do Nordeste constituem um generoso sono de reparação



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

social, representam uma dívida de honra às populações pobres do interior”.

Com efeito, só por meio de tais obras se podem libertar das amarguras que proporciona a seca as populações desprotegidas, sujeitas às suas eclosões.

Sr. Presidente, a sobrevivência de milhões de brasileiros que vivem na referida região, estaria em grande parte assegurada, mormente na zona mais castigada pelo flagelo, na qual se encontram os Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, desde que se construísse a obra fadada a exercer função preponderante no respectivo aparelhamento econômico: a Barragem de Orós. Esse empreendimento obteve consagração na Carta Econômica de Araxá, a cuja conferência foi submetida como reivindicação de interesse fundamental, pela delegação cearense.

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Lembro ao nobre orador estar quase esgotado o tempo de que dispunha.

O SR. ALENCAR ARARIPE – obrigado a V. Exa.

SR. Presidente, da Memorial então organizada pelas classes produtoras do Estado, constam esses impressionantes trechos.

ORÓS

“O Jaguaribe, como os demais cursos d’ água do polígono das secas, vive à custa das chuvas, enche na estação pluvial, esgota-se depois, fracionando-se em poços maiores e menores, separados por bancos e areia ou cascalho, ganglionados entre si



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

por uma corrente subterrânea. A 225 quilômetros de sua foz, um pouco acima da confluência do Salgado, o rio Juagaribe rasga a itacolumita da serra de Orós, atravessando-a, na época das cheias, angustiado, num boqueirão de cerca de 75 metros de largura. A montante do boqueirão abre-se uma bacia hidrográfica de 25 mil quilômetros quadrados, constituída de terrenos geralmente impermeáveis, com uma descarga média anual de 1 bilhão e 400 milhões de metros cúbicos”.

Refazendo-se a obturação que ali existiu no período quaternário, formar-se-á um lago de 4 bilhões de metros cúbicos, capaz de irrigar as extensas várzeas baixo-jaguaribanas e regularizar o maior rio seco do mudo, transformando-o num curso de águas reais, mediante a descarga média de 13 metros cúbicos por segundo. Para aquilatar-se o tamanho desse lago artificial, cujas águas represadas se estenderão por 60 quilômetros, com a profundidade máxima de 46 metros, basta dizer que em capacidade supera a baía de Guanabara.

Em 1921 foram iniciados os trabalhos de construção do açude de Orós, como empreitada principal de grande plano de redenção do nordeste, traçado pelo benemérito e inesquecível Presidente Epiácio Pessoa. Fizeram as instalações requeridas para a grandiosidade do empreendimento e em 1929, a título de uma vesga economia, suspenderam os trabalhos e paralisados permanecem até o presente momento.

Mede-se a importância desde gigantesco reservatório, que por si só acumularia metade do volume d’água previsto para todo o sistema do Jaguaribe, realçando-se tanto os seus benefí-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

cios de caráter econômico como as águas conseqüências de ordem cultural, fatores decisivos no melhoramento do nível de vida do sertanejo.

Já vimos que o Jaguaribe ficará perene numa extensão de mais de 200 quilômetros. Essa mudança no seu regime equivale a uma revolução no modo de ser da vida ribeirinha. Às suas margens surgirá uma nova atividade agrícola, criada pela irrigação por elevação mecânica, que além de assegurar uma produção constante e certa de alimentos, de produtos de exportação e de matérias primas para as indústrias locais, servirá como que de escola preparatória à lavoura irrigada, aonde proprietários e trabalhadores pouco a pouco irão se amoldando a um tipo de agricultura disciplinada e altamente intensiva.

Destaca-se em seguida a sua função moderada sobre as inundações. Orós acumulará as águas de um terço da bacia do Jaguaribe, ficando este, por ocasião das chuvas, com o leito por assim dizer desimpedido, a partir da barragem para baixo, capaz de dar vazão às cheias descompassadas do Salgado e do Banabui, seus principais afluentes, ou minorar-lhes os efeitos desastrosos.

A lavoura de vazante, no perímetro molhado do açude, ensaiará largo campo à produção alimentar. Calcula-se que a bacia hidráulica de Orós comportará à sua roda Cerca de 10.000 vazantes, podendo cada unidade 30 a 50 metros de frente sobre o açude sustentar uma família de 4 a 5 pessoas. Os vazanteiros não se beneficiam somente com as terras umedecidas, emersas com a baixa das águas, fertilizadas pelo limo que nelas se depo-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

sita. Dispõem ainda de aguada farta, de pescado, de terras secas para a lavoura pluvial, de um chão para o seu lar, de recursos para a manutenção de algumas rezes.

Há também a considerar as possibilidades abertas à piscicultura nesse reservatório, que inundará 34.000 hectares.

A média da produção de peixe em 30 açudes públicos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, num total de 139 anos apurados estatisticamente, é de 235,5 quilos por hectares, conforme o serviço de piscicultura do D. N.O.C.S., média que daria o Orós uma produção anual de 8 milhões de quilos de peixe. Esta estimativa, porém, deve ser recebida com reservas, mormente por desconhecer-se a produção mensal de pescado em função da área média mensal da bacia hidráulica, como observa o Dr. Rui Simões Meneses, técnico daquele serviço. Reduzamo-la, por conseguinte, mesmo à metade, a 4 milhões de quilos de peixe e ainda assim teremos uma safra no valor de 20 milhões de cruzeiros ao preço corrente no sertão. Mas o seu grande valor está na ajuda que oferece ao regime alimentar sertanejo, dando-lhe melhor coeficiente de alimentos protetores, cooperando na correção da sua precária dieta costumeira.

Há outro ponto a ser ressaltado. A construção de barragem trará imediatamente a valorização das terras a serem beneficiadas, valorização que aumentará com a progressão das obras especialmente ao ser feita a rede de canais de irrigação e de drenagem. No Nordeste a água é o elemento valorizador por excelência.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Até aqui vimos as vantagens imediatas, nascidas da simples construção de barragem. Evidenciemos agora o objetivo primordial do açude de Orós – a irrigação e bem assim a subsidiária da geração de energia.

Orós será um notável centro produtor de energia elétrica. O aproveitamento da descarga deste açude dará perto de 10.000 CV, o que possibilitará a eletrificação da indústria e da agricultura jaguaribana. A eletricidade certamente transformará a mentalidade e o modo de viver do sertanejo no dia em que dispuser de luz, rádio, refrigeração, força para bombear água, cortar forragem, beneficiar a lavoura e as colheitas, industrializar parte da produção.

As planícies jaguaribanas podem ser agrupadas em três núcleos independentes para a utilização das águas de irrigação.

O primeiro núcleo abrange a planície que vai do Aracati ao Boqueirão do Cunha, de 120 quilômetros de comprimento e 8 de largura média, plana como uma mesa de bilhar, como disse alguém, acrescido das várzeas do Banabuiu, que da foz deste rio sobem até pouco acima da cidade de Morada Nova. Este bloco de terras admiráveis pela topografia e fertilidade mede 120.000 hectares. Acima do Boqueirão do Cunha, o Jaguaribe se constrange num leito apertado e pedregoso de 80 quilômetros, para abrir-se em seguida, formando com o rio Salgado as afamadas várzeas do Icó, que se estendem das proximidades de Orós até perto de Lavras, perfazendo um conjunto de 10.000 hectares. Além de Orós, da barra do Irussú às proximidades de Jucás encontramos o terceiro núcleo, às várzeas do Iguatú, tendo em



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

certos trechos uma largura superior a 8 quilômetros, totalizando 15.000 hectares

“Orós poderá reservar para a irrigação do Baixo Jaguaribe, 351 milhões de metros cúbicos anuais, volume suficiente, nas previsões do D.N.O.C.S para irrigar cerca de 42.000 hectares e possibilitar o aproveitamento de 5.000 hectares de vazantes descobertos. Praticamente, as planícies fluviais do Baixo Jaguaribe ficariam dominadas pelo açude Orós”.

Pelo que acabamos de ver, o açude Orós é um problema de base do Ceará. Mas a importância desse grande empreendimento de engenharia hidráulica transcende as nossas próprias fronteiras, e dado o seu destaque no planejamento regional de combate às secas, não pode nem deve ficar à margem dos interesses gerais da economia brasileira”.

É assim Orós, aquela obra de que só precisava o Ceará para se resguardar da catástrofe de seu clima insidioso, consoante expressão do Sr. José Américo. Orós possibilita a irrigação intensiva, permite a lavoura da vazante capaz de amparar 50 mil pessoas, assegura o aproveitamento de energia elétrica.

Além disso, Orós tem a função de conter as inundações que, às vezes, causam ao Ceará prejuízos tão intensos como a própria seca.

É, pois, tríplice a função da obra indicada como “a solução da seca no Ceará”: produzir energia elétrica, irrigação de dezena de milhões de terra e contenção das cheias demasiadas.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Orós consta do Plano Salte no setor de energia e eletricidade, com trezentos milhões de cruzeiros para sua construção, vigorando no orçamento atual a dotação de trinta mil cruzeiros.

O governo ainda irá adiar a execução desse problema base do Ceará? Quando o Banco do Brasil abre suas áreas para emprestar um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros aos 3 Estados de maior índices de riquezas no País; quando o Governo se empenha em obter financiamento para iniciativas destinadas a dar novos impulsos ao progresso dessas unidades federativas; quando verbas vultosíssimas da União e das Autarquias se capitalizam para obras, às vezes proveitosas, mas que não envolvem a sobrevivência de milhões de filhos da mesma pátria, – retardar a construção do reservatório, que é a própria vida do nordeste, com estudos feitos, instalações montadas e verba inicial consignada na Lei Orçamentária, dentro das justas forças do respectivo preceito constitucional, constitui uma demonstração flagrante da incapacidade dos nossos administradores para corresponder às mais justas aspirações nacionais.

Daqui desta tribuna, a mais alta que se ergue no País, o Ceará, por sua representação nas duas casas do Congresso, o Nordeste por todas as suas expressões políticas e sociais, o Brasil, enfim, nos seus justos anseios de integral progresso pedem, reclamam, que se inicie quanto antes o primeiro passo vigoroso e sério para salvar o problema da seca na terra de Alencar e nas regiões circunvizinhas, com a construção de Orós.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Sr. Presidente, encerro minhas considerações, abrindo espaço para transcrição do juízo emitido pelo preclaro Pandiá Calógeras a respeito da alta significação das obras do Nordeste:

“Do ponto de vista social não há discutir o dever de resolver o problema. Assim também, quanto à lição decorrente do patriotismo e da solidariedade dos brasileiros”.

Já agora, porém, novo elemento se justapõe a esses: as provas práticas já colhido do ataque sistemático e cientificamente orientado, contra as secas e seus consectários.

Financeiramente, o processo pode ser levado a efeito sem excessivos ônus. Assim como no sul, políticas públicas de caráter meramente econômico foram executadas mediante o apelo ao crédito, também no Nordeste a luta contra a seca, que não é somente um problema econômico, sendo também um dever social de solidariedade humana, deverá ser solvido com presteza e simultaneidade, em suas diversas fases, recorrendo-se ao crédito.

O ônus, portanto, será somente o juro e a amortização do empréstimo contraído.

Os títulos emitidos para esse fim, além do imenso valor, que acrescentará à economia nacional de tantas vidas poupadas, tantas despesas de socorro evitadas, tanta produção resguardada, além desse acervo de valores terão como fonte de remuneração uma taxa especial a criar sobre o fornecimento d'água para irrigação e outros usos.



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGST-JUN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Amortizados os empréstimos, tais obras se tornarão fontes de receita, se não preferir o Governo cobrar apenas as despesas de custeio e mais uma ligeira taxa de conservação e de melhoramento.

E o Brasil pagará ao Nordeste a dívida que contraiu para com os conquistadores do Acre e os devassadores do sertão amazonense.

Problemas de Administração, págs. 158-159)”

Sam, Sr. Presidente, “deve ser solvida com presteza e simultaneidade” a luta contra a seca, e, em tais condições, quando se anuncia estarem sendo pleiteados financeiramente na América para serviço de eletrificação no Rio Grande do Sul e em Minas Gerias, torna-se estranhável que o Governo não recorra a esse mesmo processo para obter recursos, a fim de que se ultimem os grandes reservatórios projetados no Nordeste, sobre os quais Orós sobressai sob todos os aspectos. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Durante o discurso do Senhor Alencar Araripe, o Sr. Ne-reu Ramos, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Carvalho Sobrinho, 2º Secretario; e Adroaldo Costa, 2º Vice-presidente, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Edison Passos.

O DEPUTADO SR. EDISON PASSOS profere discurso que será publicado depois.

O SR. PRESIDENTE – Há sobre a Mesa o seguinte.



**Banco do
Nordeste**



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Discurso (continuação)

Resp.

Data: 1 maio 1951

Fichário: Teresa

Parte final do discurso do Deputado Alencar Araripe, proferido na sessão do dia 26 de abril de 1951 (D.C.N. de 27.04.51, página 2.431, 1ª coluna), enviada à Mesa para ser dada como lida.

SECA E INVERNO

No Nordeste só ocorrem duas estações climatéricas: inverno e seca. Inverno – ali se denomina o período em que habitualmente caem as chuvas, ou seja, de janeiro a maio.

A seca ocorre nos meses seguintes, quando vigora plena estiagem. Se no período destinado ao inverno as chuvas falham, ou caem irregularmente de forma a não se conseitair a reserva subterrânea necessária à manutenção da vida vegetal, ai estamos na seca-calamidade, em que estanca a produção agrícola, destroem-se os rebanhos e cria-se o fenômeno do desemprego em massa.

No sul do país, chama-se seca a súbita suspensão da queda das chuvas por espaço fora do comum: logo que as mesmas retornam, em regra sem maior gravame, se restabelece o regime anterior.



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FUNGT-UN ROSADO

COLEÇÃO

MS
SEM

MOSSOROENSE



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Bem diversa é a situação no Nordeste, onde só havendo uma época para as quedas pluviais a falta da irregularidade na sua manifestação produz malefícios irreparáveis.

Daí o motivo pelo qual ali só se verifica o inverno, antíte-se da seca-calamidade quando as chuvas caem, em tempo próprio, generalizadas e sem longos intervalos, no espaço pelo menos de três meses.

“O que agrava a crise climatérica, opina um douto observador dos fatos da região, não é tanto a falta de chuvas senão o seu espaçamento por semanas”. Thomas Pompeu.

No trabalho escrito sobre – O Vale do Jaguaribe - confirma o padre Rodolfo Ferreira da Cunha.:

“Nota-se, entretanto, que não temos secas absolutas no Ceará. Não é a falta de chuvas que nos mata, e sim a sua má distribuição e falta de uniformidade”.

Em Madrid as chuvas não dão mais do que 300 milímetros por ano; em Suez, 30; no deserto de Atacama não chove absolutamente, e, entretanto nós sofremos muito mais do que essas regiões as terríveis conseqüências das secas.

A média anual de nossas precipitações aquosas é de cerca de 1.200 milímetros, descoado nos anos de seca a 500 e até 300 milímetros.

Essa quantidade dágua, distribuída com uniformidade e método, bastaria ao Ceará para manter a vida vegetal de qualquer gramínea. Infelizmente, nas secas as chuvas vêm demasiadamente espaçadas umas das outras, de sorte que as plantazinhas nascidas ou nutridas por chuvas anteriores, não podendo resistir



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

ao verão prolongado, interminável, estiolam e morrem mirradas ao beijo de um sol de fogo abrasador.

Dai-me 5 dias de chuvas boas, em dias por mim determinados, dizia-me muitas vezes um velho agricultor sertanejo, e eu dar-vos-ei abundância de cereais” (pág . 21).

Não difere o conceito emitido a respeito pelo engenheiro Venicius Berredo, diretor do DNOCS, em conferência realizada no Instituto de Engenharia de São Paulo:

“Do ponto de vista humano, que é o que importa essencialmente, as denominadas secas do nordeste são períodos de crise econômica resultante de anormalidade na quantidade e distribuição das chuvas. Seca é sinônimo de penúria, pela queda da produção agrícola, pela destruição dos rebanhos, pelo desemprego, e em conseqüência da falta, irregularidade e má distribuição das chuvas na época normal de cultura, e até do excesso de chuvas fora da estação própria.”

Pesados aguaceiros extemporâneos, caindo sobre a pastagem já madura e seca, fazem-na apodrecer, destruindo a alimentação do gado, já escassa no período de estiagem, e agravando a situação dos rebanhos, se o inverno subsequente for irregular”.

Em trabalho sobre “As Secas Nordestinas”, inserto no Digesto Econômico (n. 66, pgs. 143-148), o reputado técnico em assuntos dessa natureza, Pimentel Gomes, depois de salientar que em 25% do globo chove menos de 250 milímetros por ano, em 30% de 250 a 500, e em 20%, de 500 a 1.000mm passa aos dados sobre as medidas anuais cearenses, que atingem, nos ter-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

mos normais, a 981mm enquanto que nos anos secos chega apenas a 809mm e, afinal, conclui:

“O problema das secas do Nordeste é, portanto, muito menos grave do que geralmente se pensa. Quase sempre não há falta de chuvas. Há chuvas mal distribuídas”.

Falam com eloqüência insofismável em confirmação a afirmativa de que no Ceará não ocorre propriamente falta de chuvas, e sim sua irregularidades e má distribuição, os dados que se seguem a respeito das quedas pluviométricas ali verificadas em anos de calamidade climática:

1.877	349,4 milms.
1.878	475,9 milms.
1.879	515 milms.
1.888	651,6 milms.
1.889	711 milms.
1.891	787,8 milms.
1.898	481,2 milms.
1.900	268,5 milms.
1.907	609 milms.
1.915	505,4 milms.
1.919	387,3 milms.

(Do livro “O Ceará no Centenário da Independência do Brasil”, do Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, vol. I pág. 261).

Quadro das chuvas caídas no Ceará em 1932



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Zona do Carum, média das estações pluviométricas de Crato, Juazeiro, Missão Velha – 791,3 milms.

Zona do Iguatu, média das estações de Iguatu, Lavras Icó, e Várzea Alegre – 396-,7 milms.

Zona do Senador Pompeu, médias das estações de Senador Pompeu, Girau, Acopiara e Mambuca – 349,4 milms.

Zona da Serra de Santa Rita, média da estação de Pedra Branca – 485,4 milms.

Zona da Uruburetama, média das estações de S. Uruburetama, Itapipoca e Curu – 465,2 milms.

Zona de Sobral, médias das estações de Sobral, Crateus Telha e Ipu – 382,7 milms.

Zona do Baixo Jaguaribe, média das estações de Limoeiro do Norte, Russas e União - 270,4 milms.

Zona de Quixadá, média das estações de Quixadá, Juatama, Junco e Cedro – 285,1 milms.

Na seca parcial de 1942 a média pluviométrica mínima nos municípios da região serrana do Estado, foi de 369,8 milímetros, enquanto que, na região sertaneja, atingiu apenas a 232 milms.

Tem razão o escritor Rodolfo Teófilo quando assevera que o Ceará vive entre uma seca que se foi e outra que se aproxima, tal é a insistência com que o flagelo se repete.

As secas classificam-se como grandes, intensas e parciais, segundo a maior ou menor gravidade com que se manifestam: aquelas, surgem em cada século, essas, guardam o espaço de dez anos, mais ou menos, entre cada eclosão.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

As grandes, ou seculares, registraram-se em 1.723-24 – 1.776-77 – 1.790-94 – 1.824-25 e 1.877-79; as intensas em 1.692 – 1.711 – 1.810 – 1.845 – 1.888-89 – 1.891 – 1.895 – 1.900 – 1.915 – 1.919 – 1.932; as parciais em 1.721 – 1.734 – 1.736-37 – 1.744 – 1.746 – 1.804 – 1.809 – 1.810 – 1.816 – 1.817 – 1.827 – 1.830 – 1.833 – 1.902 – 1.903 – 1907 e 1.942.

Na atual emergência, o Nordeste esteve ameaçado de uma das suas grandes calamidades, porém, chuvas caídas, embora esparsas e sem resultado para regularizar a produção, vieram salvar, pelo menos, a pecuária.

Em 1949 não foi regular o inverno cearense, pois enquanto a cheia do Jaguaribe inundou a parte baixa do respectivo vale, já o Cariri sofreu as conseqüências do desaparecimento precoce das chuvas, de que resultou a perda quase total de sua abundante produção de arroz.

É preciso ficar bem claro que as chuvas que estão a cair na região não reparam os prejuízos que a sua falta estava produzindo, no que toca à produção de cereais: sua utilidade vai pouco além da salvação da pecuária, que estava à mercê de uma quase completa eliminação.

Deve o Governo, por isso, recuar do propósito de reanimar os serviços contra os efeitos do flagelo? De forma alguma.

Um ano ruim, naquele setor do País, é sempre seguido de outro pior. Não se deve deixar o incremento das obras do plano contra as conseqüências climáticas para o período de suas manifestações.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO FINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Ao contrário, urge lhes garantir sistematização e continuidade absolutas.

A arma mais propícia ao combate às secas é incontestavelmente o açude, de cuja construção foi pioneiro no Ceará, o Presidente José Martiniano de Alencar.

Os Relatórios dos Governantes do Estado e das Comissões Científicas, que têm estudado os diversos aspectos do problema, todos concluem que não existe meio mais propício para debelar os males que o flagelo implanta.

Julius Pinkas, chefe da Comissão Científica de estudos, nomeada em 1877. José Américo, o Ministro que orientou a campanha de socorros em 1932. Venícius Barredo, o acreditado técnico ora à frente do DNOCS e Duque de Mesquita, profissional de renome, que empresta sua valiosa colaboração no mesmo Departamento, dão o seu depoimento quanto à eficácia dessa forma decisiva de anular os efeitos do flagelo, nos seguintes trechos, dignos de registro:

“Os açudes como meios propostos de reter águas pluviais e irrigar terrenos da circunvizinhança formam um excelente meio para evitar em grande parte os efeitos terríveis de uma seca, como também das inundações tendo eles construídos por quase todas as nações contra um ou outro mal”. (do Relatório apresentado pelo Eng. Julius Pinkas, chefe da comissão científica incumbida pelo Governo por ato de 7 de dezembro de 1877, de estudar os meios de combate aos efeitos da seca).

“Mas o que convém, precípuamente, como correção da natureza semi-árida do Nordeste, é armazenar a água copiosa,



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

que, distribuída irregularmente se escoava pelo seu solo impermeável e declivoso. Obstar essa perda pela açudagem em larga escala é solução direta do problema da seca, visando estabilizar a população sujeita a um desastroso nomadismo e aproveitar terras propícias a todas as culturas agrícolas”.

“A estrutura do sertão nordestino oferece a essa empresa vantagens que se não nos deparam em outras regiões. Bata “restaurar a terra”, isto é, fechar os “boqueirões”,

Outras soluções naturais colaboram nessa solução: rios de correnteza e volume suficientes para a capacidade de reservatórios e áreas próprias à irrigação”.

(In “O Ministério da Viação no Governo Provisório”, pág 189).

“O açude, nas condições especiais de clima do Nordeste e na plenitude de suas funções intrínsecas é aguada para alimentação do homem e dos rebanhos; é campo de pesca; é centro de produção agrícola, nas vazantes; é reservatório de acumulação de água para irrigação sistemática; é obra de regularização de regime, de defesa contra as cheias; é fonte potencial de energia”. (conferência realizada no Instituto de Engenharia de São Paulo, a 3 de fevereiro de 1950, pelo Eng. Venicius Berredo).

“Além da conservação do solo e da água, o açude possibilita o plantio de vazantes nas terras frescas, permite a irrigação e produz o peixe”.

Na fazenda sertaneja a vida humana e animal gira em torno açude; ele é o centro de interesse econômico que garante a estabilidade da empresa.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Mas, a barragem não é somente um retentor do solo; ela exerce uma função preponderante na economia hídrica da região e na preservação dos recursos naturais do País. Prendendo a água e fixando a terra agrícola, ela cria um conjunto de condições favoráveis à vida animal e vegetal em torno; ela permite um adensamento de população humana, vegetal e animal, que forma centros de interesse produtivos, educativos e sociais: ela faz convergir forças naturais e humanas, em harmonia com as necessidades essenciais da vida, para um progresso e bem estar gerais, de modo mais racional e permanente.

Estreitando as relações entre a terra, a água, a planta, o animal, o homem, a escola, a igreja, a técnica e a cooperativa, o açude atrai os fatores mais decisivos do melhoramento em torno de si, para congregar a ação sincronizada na conquista econômica da zona seca.

O açude é muito mais do que uma obra de engenharia: ele é um mundo em miniatura, onde à exuberância da Natureza se aliam as emoções humanas, nem sempre conciliáveis em procura do conforto, do bem estar e da felicidade”.

(J.. Guimarães Duque, “Apreciações sobre os solos do nordeste”, in Anais do Instituto do Nordeste”, página 184).

Laboram em evidente equívoco os que julgam:

- a) insolúvel o problema da seca em face do malogro de 40 anos de combate;
- b) inúteis os açudes existentes, por falta de irrigação.

Cabe verificar, quanto à primeira asseverativa, que o Nordeste está longe, muito longe, de ter os açudes tecnicamente



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

exigidos para que as incursões da seca deixem de apavorar os seus habitantes.

Até agora, conta a região apenas com 122 açudes públicos, cuja capacidade total soma 2.656 milhões de metros cúbicos e 287 pequenos açudes construídos em cooperação, com a capacidade de 586 milhões.

No Ceará arrolam-se mais de 30 Municípios, em conjunto, que ainda não possuem um só açude público, mesmo os de cooperação, nem todas as localidades deles dispõem.

Ora, se conforme acentua o Sr. José Américo, só “quando cada Município da zona da seca dispuser de alguns açudes médios e pequenos, ficará em condições de poder resistir às estiagens de 1 ou 2 anos”, é natural que as mesmas continuem a surgir como verdadeiro espantinho de seus habitantes.

Dizer-se que ali estão armazenando água para coisa alguma – como o fez há pouco emérito jornalista, – é avançar um erro, que não encontra fundamento.

Os açudes complementam-se com a irrigação, que realmente é a sua principal função, mas daí a se concluir, que enquanto não se abrem os respectivos canais, falha a sua utilidade, há enorme distância.

A produção de peixes, só isso paga a construção dos açudes.

Leia-se o que abaixo reproduzimos sobre “Os resultados econômicos da piscicultura no Nordeste”, e verificar-se-á o vulto do engano dos que julgam que os açudes sem irrigação só



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

servem para refletir aos raios do sol o espelho de suas águas serenas.

“Resultados econômicos da Piscicultura no Nordeste”:

Após havermos observado o trabalho feito pelo Serviço de Piscicultura com o peixamento de vários açudes, a aclimação de novas espécies importadas do Amazonas e São Francisco, a seleção de espécies originárias da região e o combate às espécies daninhas, será interessante examinar o rendimento econômico da produção de pescado.

Naturalmente são muitas as dificuldades para obter dados precisos.

Nos grandes reservatórios, as bacias se estendem por muitas léguas de periferia e se torna impossível um controle da pesca. Ninguém poderá impedir que toda a população que se agrupa nas vizinhanças dos açudes constantemente apanhe o peixe para sua alimentação, produto esse que deixa de ser computado nas estatísticas.

Quanto aos açudes particulares, nenhuma informação prestam os seus proprietários, mesmo porque não têm o trabalho de fazer um registro dos resultados da pesca.

Assim, considerando apenas alguns açudes públicos e as quantidades que foram anotadas pelos funcionários encarregados dos mesmos, é possível elaborar o quadro que se segue, referente a quatro espécies aclimatadas.



Banco do Nordeste



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO FUNGT-UN ROSADO

COLEÇÃO MS

MOSSOROENSE



GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Espécie: Apaiari

	Exemplares	Exemplares
Açudes	Distribuídos	Pescados
General Sampaio	7.150	44.903
Forquilha	1.236	20.102
São Gonçalo	540	16.149

Espécie: Pescada Cacaunda (Amazonas)

	Exemplares	Exemplares
Açudes	Distribuídos	Pescados
Forquilha	296	61.073
General Sampaio	1.188	27.124
Joaquim Távora	205	44.200
Lima Campos	663	262.172
Santo Antônio (Russas)	642	54.828

Espécie: Pirarucu

	Exemplares	Exemplares
Açudes	Distribuídos	Pescados
General Sampaio	1.050	3.111
Piranhas	830	2.019
São Gonçalo	174	765

Espécie: Tucunaré

	Exemplares	Exemplares
Açudes	Distribuídos	Pescados
Cruzeta	694	56.214
Itans	2.319	24.963
Piranhas	259	413.395
R. do Sangue	632	49.812
São Gonçalo	323	68.790



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO **MS
EM**

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Observa-se que, no açude Piranhas, com a introdução de apenas 259 tucunarés, já foram pescados 413.395 exemplares.

Esses dados, sobre quatro espécies, ao reduzido número de açudes indicados se referem à pesca até o ano de 1948, sabendo-se que a produção de 1949 foi abundantíssima.

No General Sampaio, a pesca do Pirarucu, no ano passado, foi extraordinária.

Somando-se mais os elementos colhidos em outros açudes não constantes no quadro anterior - e mesmo sem levar em conta o rendimento de muitos reservatórios a respeito dos quais não há estatística - somente em relação às mencionadas espécies poderemos, até 1948, ter os seguintes totais:

	Exemplares	Exemplares
Espécies	Distribuídos	Pescados
Apaiaris	8.926	81.154
Pescadas (Amazonas)	5.030	491.419
Pirarucu	2.054	5.895
Tucunarés	<u>9.728</u>	<u>646.844</u>
Totais	25.738	1.225.312

Tomando-se por base aos preços baixíssimos de Cr\$2,00 o “Apaiari”, Cr\$ 2,50 a “Pescada”; Cr\$ 3,00 o quilo de “Pirarucu” e Cr\$ 3.50 um “Tucunaré”, somente essas quatro espécies, nos açudes relacionados e até 1948 já haviam rendido Cr\$ 4.214.274,00.

Caso fosse possível adicionar todo o peixe que foi consumido pelas populações ribeirinhas e cuja pesca não é possível ser controlada, bem como o rendimento dos açudes particulares, verificaria-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

mos que Serviço de Piscicultura desenvolveu de maneira extraordinária uma formidável fonte de renda para o Nordeste, além de cooperar magnificamente para solucionar o problema da alimentação de nossas populações rurais.

OS PEIXES PAGAM OS AÇUDES

São freqüentes, principalmente no sal, os comentários sobre as somas gastas pelo Governo Federal com o problemas das secas nordestinas.

Em primeiro lugar tais somas não são grandes.

Tamanhas foram as dificuldades para obter as dotações necessárias ao serviço de açudagem que se fez preciso dotar a Constituição de um dispositivo que assegura uma percentagem mínima da renda nacional para os trabalhos considerados indispensáveis no “polígono das secas”.

Comparando-se, porém, as verbas destinadas ao Sul, com as que vêm para o Nordeste, verificaremos que as sobras a nós remetidas são diminutas.

Nunca mais foi distribuído um cruzeiro para a construção de um só dos vários grandes açudes projetados.

Veze há em que consta na despesa prevista o numerário para o início de uma dessas obras. O ano passa e o dinheiro não chega.

Entretanto, as importâncias gastas com a açudagem podem ser consideradas magníficas operações de empréstimo, pois os reservatórios somente com a produção de peixe, pagam os preços de construção e passam a render elevados juros.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Não obstante a falta de um controle estatístico, os poucos dados colhidos relativamente à pesca em alguns açudes comprovam essa afirmação, conforme se verifica do quadro a seguir.

Açudes	Produção de pescado Cr\$	Valor do pescado em relação ao preço de construção
Sto. A. de Russas	551.000,00	35,0%
Sobral	139.000,00	25,8
Bonito	264.000,00	26,5
Forquilha	879.000,00	26,5
Acarau Mirim	276.000,00	27,6
Gal. Sampaio	1.120.000,00	31,5
Em. Távora	1.469.226,20	32,8
Velame	108.739,00	36,0
Lima Campos	1.495.000,00	42,3
Nova Floresta	163.447,00	64,7
Rx. Do Sangue	1.151.000,00	87,6
Cruzeta	2.179.674,00	99,3
Cedro (Quixadá)	7.570.000,00	257,0
Novo Mundo	1.477.800,00	535,1

Esses dados decorrem, em parte, de estimativa, tomando para cálculo os anos a respeito dos quais houve colheita de dados estatísticos e sem levar em conta a enorme quantidade de peixe apanhado sem o controle dos zeladores dos açudes. Assim, esses números, realmente, devem ser mais elevados.

É interessante observar que o “Cedro” já devolveu em peixe uma importância quase três vezes maior do que a de sua construção e o “Novo Mundo” já se pagou mais de cinco vezes.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Somando o valor do pescado produzido por 33 açudes públicos, inclusive os constantes do quadro anterior, foi obtido o resultado de trinta e dois milhões, setecentos e quarenta mil oitocentos e cinquenta e quatro e vinte centavos. (Cr\$ 32.740.854,20).

Não é de menor renda a produção das vazantes, como patenteia o próprio diretor das secas, em sua precitada conferência proferida a 8-2-50 em São Paulo (pgs. 17-18).

Por outro lado, cumpre acrescentar que nem todos os açudes públicos, com possibilidade de irrigação, se acham desprovidos desse serviço, como também o demonstra o titular em apreço, à pagina 31 da mesma publicação.

As inverdades a tal respeito têm sido muito repetidas, mas urge ficar definitivamente esclarecido que os açudes, mesmo enquanto não se provem dos canais irrigatórios, são obras remunerativas de múltipla utilidade da região.



**Banco do
Nordeste**



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: projeto Nº 312/51
Resp. Diário do Congresso Nacional
Data: 11 de maio 1951
Fichário: Teresa

PROJETO

Nº 312-1951

Estabelece normas básicas para o Plano de Assistência
Econômica e Social à região atingida pela seca

(Do Sr. Samuel Duarte)

O congresso nacional decreta:

Art. 1º – Em observância ao disposto art. 198 da Constituição fica o Poder Executivo autorizado a promover acordos com os governos dos Estados compreendidos na área das secas periódicas, visando a organização e a execução de um plano de Assistência Econômica e Social à região em apreço.

Art. 2º – O plano referido ao artigo anterior compreenderá as seguintes iniciativas:

I – Desenvolvimento de açudagem e perfuração de poços tubulares;

II – Construção de canais de irrigação, com desapropriação prévia da área irrigável;

III – Expansão dos sistemas ferroviários e rodoviários;



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

IV – Reflorestamento gradual nas zonas julgadas carecedoras desse processo de proteção ao solo e ao clima;

V – Aproveitamento do potencial hidráulico das grandes barragens;

VI – Fundação de Colônias Agrícolas para a exploração das terras públicas, inclusive das terras de vazante das grandes barragens;

VII – Instalação de Postos Agropecuários em condições de assistirem aos pequenos lavradores e criadores, com o fornecimento ou o empréstimo de animais, máquinas, sementes, adubos, vacinas e inseticidas, além da cooperação de pessoal técnico;

VIII – Organização de cooperativas de produção, de crédito e de consumo, sendo as do último tipo de preferência vinculadas às atividades de construção de ferrovias, rodovias e açudes;

IX – Organização de aprendizados rurais, em moldes práticos, destinados à instrução dos lavradores e criadores no que diz respeito aos elementos de suas atividades profissionais;

X – Manutenção de serviços de assistência médico-social, em atividade ambulatoria, nos sítios e fazendas, com um programa obrigatório de educação sanitária das populações rurais;

XI – Desapropriação de latifúndio inulto ou explorado e condições nocivas ao bem estar social e sua divisão em glebas destinadas à aquisição por agricultores que possam cultivá-las com suas famílias, facilitando-se-lhes, para esse fim, os meios



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FUNG-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

necessários, mediante financiamento a longo prazo e a juro módico.

XII – Financiamento das safras e construção de silos e armazéns, como programa obrigatório das cooperativas;

XIII – Pontualidade rigorosa no pagamento dos ordenados e salários dos empregados e trabalhadores, com a substituição do sistema de “barracões” pelo de entrepostos e armazéns das cooperativas;

XIV – Instituição de centros de pesquisa e estudos da flora, visando processos de aperfeiçoamento da cultura das fibras de aplicação industrial.

Art. 3º – A fim de dar o necessário desempenho às obrigações que lhe advierem da organização do plano previsto nesta lei, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas será transformado em autarquia, com as atribuições que a lei estabelecer.

Parágrafo único – O produto da arrecadação da renda tributária a que se refere o artigo 198 da Constituição, constituirá receita do D.N.O.C.S., ficando à sua disposição, logo que criada a autarquia, o saldo da sobredita renda que não houver sido devidamente aplicado a partir do 1º de janeiro de 1947.

Artigo 4º – Por conta do depósito referido no parágrafo 1º, do mencionado preceito constitucional poderão ser feitos empréstimos, de preferência a pequenos agricultores e criadores, desde que o total em cada exercício não exceda metade da importância em depósito.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Parágrafo 1º – O prazo dos empréstimos não excederá de 6 anos e a taxa de juros o máximo de 4% ao ano, podendo os empréstimos ser prorrogados, se paga, pelo menos, metade da dívida.

Parágrafo 2º – Quando o empréstimo não se realizar por incomédio de cooperativas, a cujo regulamento obedecerá a garantia oferecida, consistirá um penhor rural, industrial ou mercantil, sendo isentos de selos e custas os contratos respectivos e seu registro nos cartórios competentes.

Art. 5º – Declarado o fenômeno da seca, as famílias dos retirantes e todas as pessoas atingidas pela calamidade, deslocadas de seus lares, ficam sob a imediata proteção do Poder Público, tendo o caráter de urgência todas as medidas adotadas com o fim de tornar efetiva essa proteção.

Parágrafo único – Com o fim de abrigar as vítimas da seca, em retirada poderá ser utilizada a propriedade privada, nos termos da parte primeira do artigo 147 da Constituição.

Sala das Sessões em 10 de maio de 1933 – Samuel Duarte.

JUSTIFICAÇÃO

Como há negar o muito que se tem feito no combate aos efeitos da grande calamidade que, em periódicas irrupções, desorganiza a riqueza pública e particular do Nordeste. Entretanto, o que se tem feito não é tudo; e no feito há alguma coisa a completar, senão a corrigir.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Zona dotada de extraordinárias possibilidades, seus solos férteis esperam apenas a ação benfazeja da água, em épocas próprias, para produzir compensadoramente. Daí a necessidade de disseminar o sistema da média e da pequena açudagem. Quanto aos grandes açudes, serão de fraca utilidade e as extensões de terra, a jusante, não se beneficiaram com as irrigações ainda em estranho atraso até agora.

As medidas parciais postas em prática revelam a insuficiência dos métodos que o D.N.O.C.S. vem usando em auxílio à economia da região semi-árida. Urge articular um plano capaz de mobilizar os diversos setores da administração, em convergência de esforços para o despertar de energias que a seca não permite desenvolver.

Não é só o açude, não é só a estrada o instrumento adequado a esse programa. Cumpre organizar a agricultura da região, preparar o sertanejo para o conhecimento e a defesa de seus legítimos interesses, é preciso proteger o lavrador nordestino contra as diversas formas de exploração abusiva de seu esforço, contra certas atividades anti-sociais que o escravizam e o conservam na impossibilidade de elevar-se a um nível de vida melhor. Um programa dessa importância não se pode confinar nos limites de um Plano de contornos técnicos, como o que se propõe neste projeto, entretanto, será meio caminho para a obra de redenção do Nordeste, a qual constitui hoje um compromisso nacional. Nem outra interferência se tira do artigo 198 da Constituição.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Por outro aspecto, será difícil ao Governo Federal, isoladamente, desempenhar-se desse compromisso. Daí a idéia de acordos com os governos regionais, cuja cooperação é indispensável à execução do Plano. Afinal, os Estados se beneficiarão em suas rendas com a expansão das atividades regionais.

Nossa contribuição é um passo, um convite a sugestões que aperfeiçoem e melhorem a idéia do Plano.

De qualquer forma, muito fará a Câmara, se ainda nesta sessão legislativa, lograr a aprovação de um processo de lei que impulse a rotina e de insucesso parcial em que caíram as atividades de combate à Seca, até os frutos de uma experiência nova, capaz de criar para o Nordeste a posição que se espera do potencial de seus recursos e da tenacidade de suas populações rurais.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1951. – Samuel Duarte.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Subvenção Associações Rurais
Resp. Congresso Nacional
Data: 11 de maio 1951
Fichário: Teresa

PROJETO Nº 311-1951

Dispõe sobre subvenção às Associações Rurais
(Do Sr. Waldemar Rapp)

O congresso Nacional decreta:

Art. 1º – A União subvencionará, mediante consignação anual em seu orçamento, as Associações Rurais, reconhecidas pelo M.A. na conformidade dos artigos 22 a 26 do Decreto n. 19.832, de 24 de outubro de 1945.

Art. 2º – Cada Associação Rural perceberá a quota mínima de Cr\$ 30.00,00, procedendo-se rateio entre as mesías sobre o saldo eventual da dotação orçamentária, na proporção do número de associados que houverem contado no ano anterior.

Art. 3º – O Serviço de Economia Rural, órgão intermediário na obtenção e distribuição do benefício instituído pela presente lei, anualmente procederá aos cálculos a que se refere o artigo precedente.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Art 4º – No início de cada exercício financeiro, as entidades beneficiadas prestarão contas ao aludido serviço, sobre o destino dado às subvenções recebidas, as quais só poderão ser aplicadas nos objetivos previstos no artigo 17º, letras **a** e **u**, do Decreto-Lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945.

Parágrafo único – perderão o direito à subvenção, as associações rurais que infringirem esse dispositivo.

Art. 5º – Para os efeitos desta lei, equiparam-se às Associações Rurais, as Associações Regionais e as Associações Especializadas reconhecidas na forma do art. 1º.

Art. 6º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1951- – Waldemar Rupp. – Napoleão Fontenelle. – Rondon Pacheco. – Godoy Ilha. – Wanderley Júnior. – Ponciano dos Santos. – Tenório Cavalcanti.

JUSTIFICAÇÃO

A clamorosa elevação do custo de vida, verificada nos últimos anos, responde, dentre outras causas, pelo amplo e auspicioso movimento que hoje a todos empolga no sentido de incrementar-se a produção agrícola e pastoril, mediante efetiva assistência técnica, material e financeira aos que se ocupam das lides rurais.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Entretanto, para que tal iniciativa logre suas meritorias finalidades, urge aproximar o homem do campo e da lavoura, ao poder público interessado em beneficiá-lo. Isso, porém, não se tornará possível sem a prévia arregimentação da imensa classe rural em torno a entidades que real e diretamente lhes representem os interesses.

A organização e funcionamento destas foram sabiamente previstas pelos Decretos números 3.127 e número 19.882, ambos de 24 de outubro de 1945.

Acontece, porém, que aquelas leis tendo previsto as graves responsabilidades das Associações Rurais, não lhes proporcionaram recursos financeiros indispensáveis e compatíveis com as suas elevadas finalidades. A ausência do estímulo financeiro oficial destinado à instalação e manutenção de uma Associação Rural, principalmente na sua fase inicial de existência, tem sido sem dúvida a causa determinante do escasso progresso verificado na organização da nossa vida rural.

Geralmente arredio, desconfiado e de acanhado espírito associativo, o nosso agricultor somente se decide a fazer parte de uma associação de classe mediante a obtenção imediata de um benefício. Ali influi decisivamente o fator “confiança”. Ora, isso não seria possível, sem aquela pronta assistência objetivada pelo projeto em apreço que visa, antes, de tudo, beneficiar as pequenas associações, ampliando a rede respectiva através do país, e aumentando os quadros sociais das já existentes.

A arregimentação das classes agrárias em torno às associações rurais, sobre facilitar o contacto direto do Poder Pú-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

blico com os ruralistas, contribuirá para que estes se sintam fortalecidos, protegidos e com autoridade para defender-se dos males que os infelicitam, notadamente daqueles decorrentes da ação insidiosa de grande parte de intermediários, especuladores gananciosos, que, explorando o suor do produtor de um lado, cobram preços escorchantes ao consumidor, de outro.

A situação visada pelo projeto em referência, proporcionaria em todos os recantos do Brasil clima fácil à organização das cooperativas de venda ou de consumo, como decorrência da existência das Associações Rurais.

Incentive-se, assim, essa organização, dê-se-lhe a necessária assistência, garanta-se ao lavrador, ao pecuarista, o transporte compensador para os seus produtos e ter-se-á resolvido o maior dos nossos problemas econômicos.

Fiscalize-se enérgica, honesta e drasticamente a ação sabotadora dos “tubarões”, mediante a aplicação intransigente das sanções penais correspondentes aos seus crimes, e ter-se-á assim, dentro da lei e da Democracia, banido dos olhos da Nação, a visão espectral da fome e da desordem.

Instale-se, no, país, o regime da vergonha por medo ao castigo, já que, desgraçadamente, a probidade, sentimento, a honestidade congênita, parecem ser nos dias que correm, patrimônio de que poucos se orgulham.

Com tais providências ter-se-á restaurada a confiança no regime Democrático, fora do qual não haverá salvação e afastado, também, do nosso meio, o perigo vermelho que nos ronda e se alimenta da desgraça coletiva.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Em verdade, aqueles que formam nas hostes de Moscou, em nosso País, na sua grande maioria, mais o fazem por desespero, descrentes das promessas que lhes têm sido feitas, do que por convicção, pois não acreditamos que um povo feliz possa pensar em comunismo e ou dele tenha motivos para assustar-se.

Face ao exposto, atendendo às elevadas finalidades do projeto em foco, sem embargo de reconhecermos a modéstia das ligeiras considerações que o emolduram, estamos em que ele contará com o honroso e imprescindível beneplácito dos Senhores Deputados.

Sala das Secções, em 7 de maio de 1951. – Waldemar Rapp.



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FUNGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

EM



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Irrigação e Energia Hidráulica.
Resp. Departamento de Produção Mineral
Divisão de Águas.

Data: 11 de maio de 1951.

Fichário: Teresa

PROJETO

Nº 761

07 – Departamento Nacional de Produção Mineral:

01 – Divisão de Águas:

2 – Despesas diversas:

Consignação I – Encargos Diversos:

3.55.21.32 – Irrigação e energia hidráulica:

Inclua-se:

- Ceará:

- a) Continuação dos serviços de captação de água, mediante as galerias filtrantes da Serra do Araripe, no Ceará..... 500.000
- b) Continuação dos serviços de estudos, projetos e construção de um sistema racional de canais das águas das fontes do sopé da Serra do Araripe, no Ceará..... 1.500.000



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda versa sobre dois empreendimentos de extraordinária importância para o desenvolvimento do Nordeste.

Os estudos de captação de água subterrânea foram ali auspiciosamente iniciados pelo antigo Serviço Geológico, sob a direção pessoal dos notáveis técnicos engenheiros Eusébio de Oliveira e Gerson Farias Alvim. Em entrevista dada, nessa Capital, ao diário “A Nação”, de 18 de janeiro de 1933, sobre o assunto, assim se expressou o Dr. Eusébio de Oliveira, cientista de raros méritos, cuja memória ainda hoje se enaltece, com justiça:

“Não se encontrou ainda uma solução para o problema das secas por causa da descontinuidade que há em seu ataque, tendo sido suspensos por muitos anos os serviços da Inspetoria, e não havendo uma orientação segura e permanente nesse combate, que devia ser uma de nossas preocupações capitais”.

O trabalho científico já feito é muito grande, e sem ele não se poderia fazer obra pública com base sólida. Já percorreram a região comissões de engenheiros, geólogos, botânicos e outros, e há vinte anos atrás foram reunidos em volumes os relatórios apresentados, formando um excelente fundamento para qualquer solução que se queira das à falta d’água que torna aflitiva a situação do nordeste.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

UMA SOLUÇÃO

A captação das águas pluviais ou a perfuração de poços não só não deram resultados, – prosseguiu o nosso entrevistado – como também representam um pesado sacrifício para o país, sendo que esta última medida encontra até a impossibilidade material de motores que façam a elevação das águas.

Sempre me interessei por essas questões, que fazem, aliás, parte do Serviço Geográfico, e as insistentes referências à existência de água no sub-solo, com as indicações da sua profundidade, possuídos todos os cientistas pela convicção de que só os poços conseguiriam fornecer água à população nordestina, levaram-me a concluir que a solução seria outra, mais fácil e mais barata.

E daí a minha viagem àquela região, para verificar com meus próprios olhos, e no próprio local, a verdade da conclusão a que chegara.

ÁGUA ABUNDANTE

Felizmente – continua o Doutor Eusébio e Oliveira – o meu raciocínio, diante da impressão causada pelo grande número de fontes e brejos que guarnecem as bordas da chapada do Araripe, da Serra Grande e outras, era verdadeiro em sua simplicidade.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

É relativamente grande a quantidade de água ali existente, e já o Dr. Tomás Pompeu, há muitos anos, observara que as fontes das proximidades do Crato levavam suas águas até Icó, muito distante, como se pode facilmente verificar. Hoje essas águas ficam nos arredores de Juazeiro, mas não por terem diminuído, e sim pelo sistema primitivo de irrigação, usado pela população de Cariri que, é curioso o verificar-se, irrigam em excesso suas plantas, por processos que deviam ter sido usados por Adão...

É necessário que se orientem tecnicamente os proprietários das fontes, a fim de que sejam utilizadas de forma racional, de modo a se multiplicar a sua eficiência. Esses olhos d'água são de uma grande importância na vida da população rural nordestina e isso se verifica nas escrituras de compra e venda de terras, onde são especificadas minuciosamente com a declaração expressa do número de "telhas" que poderão catar. As horas de catação por dia e a quantidade do líquido, são objeto de longas questões.

A CHAPARA DO ARARIPE

A Natureza – disse-nos sorrindo o Dr. Eusébio de Oliveira – ao lado do mal, em geral põe o remédio. Assim, em vários pontos do Nordeste, em plena zona das secas mais terríveis existem chapadas de arenito, de formação sedimentária, muito mais recente do que as rochas das cercanias, que constituem verdadeiros filtros e depósitos enormes de água puríssima.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Em alguns deles, a camada permeável, constituída de um arenito amarelo de grau grosso, em posição quase horizontal, é tão saturada d'água que, ao passar-se a mão na rocha tem-se a impressão de que a areia e a água são em partes iguais. O mais interessante, pela sua posição podendo servir de manancial aos Estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, é o chapadão do Araripe.

A princípio, as sondagens não deram resultado, nessa Chapada. Isso se explica, como é fácil perceber-se, pela posição de suas camadas, como já disse, quase horizontais, não havendo o que se chama estrutura.

Para que a água jorrasse de seus poços, era preciso estabelecer-se um desequilíbrio nos depósitos subterrâneos, com a sua abertura, pelo princípio dos vasos comunicantes, a água brotaria, pois que ela existe, formando, nas escarpas, como nas fontes do Batateira e do Grangeiro, verdadeiros regatos subterrâneos.

A FONTE DO GRANJEIRO

Para explicar bem o que se dá com o Chapadão do Araripe, – declara-nos o nosso entrevistado, – é preciso usar de uma comparação um pouco tosca. É essa chapada como um grande depósito, uma caixa d' água de centenas de quilômetros quadrados. Está coberta por uma tampa de arenito, cuja espessura varia pouco, mas é bem grande, atingindo, por exemplo, como foi verificado – Mauriti – cinquenta metros, em Brejo dos Santos, e em outros pontos setenta e mais metros, conforme se verificou em várias sondagens.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Tirar a água por cima, perfurando a tampa, seria muito dispendioso e praticamente irrealizável, pois seria necessário fazer subir o líquido. Mas dos dados, pela própria natureza do terreno, e pela situação horizontal do lençol, esse trabalho se torna prático e fácil: é só abrir torneiras.

Assim, o meu companheiro, o geólogo Dr. Gerson de Faria Alvim e eu, nos interessamos principalmente pela fonte do Grangeiro, situada na escarpa do Chapadão, cento e cinquenta metros abaixo do seu nível.

Fizemos um corte de oito metros, e as águas espalhadas em uma região, relativamente grande, foram todas para esse canal, onde instalamos um cano de 15 polegadas, pertencente ao serviço de abastecimento de Fortaleza. A água colhida ocupa 6 polegadas desse cano, dada a sua grande velocidade, e metade apenas bastará para o abastecimento da cidade do Crato, e as suas sobras seriam suficientes para a instalação de uma usina de energia elétrica.

FONTES ARTIFICIAIS

– Mas, – continua o Dr. Euzébio de Oliveira – a fonte do Grangeiro é uma obra da natureza, e o que fizemos foi o seu simples aproveitamento sistematizado, ou melhor, o primeiro passo nesse sentido.

Queríamos verificar a possibilidade de se fazerem fontes artificiais e, a um quilômetro do Grangeiro, fizemos a nossa primeira tentativa, aproveitando um olho d'água insignificante. Com picaretas, alavancas, marretas e também as cujas de região, e o auxílio de



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

dois caboclos, abriu-se uma galeria que atingiu, agora, 16 metros de entrada na escarpa do chapadão. – Eis o resultado – exclama o geólogo, mostrando-nos um telegrama do prefeito do Crato.

A fonte, que era insignificante, possui já duas polegadas d'água, como me comunica o Dr. Antonio de Alencar Araripe, que nos auxiliou eficazmente, e continua ele próprio o serviço encetado, para o bem do Crato, cuja prefeitura dirige.

A sua municipalidade é proprietária da metade da fonte Granjeiro, sendo seu co-proprietário o Sr. Coronel Brito, que também acompanha os trabalhos.

À medida que a galeria avança, a quota d'água aumenta, e está desse modo, perfeitamente verificada a possibilidade da criação de fontes artificiais tão abundantes quanto as naturais.

CENTRO ÁGRICOLA DE 1ª ORDEM

A chapada tem cerca de trinta quilômetros de largura, e se estende por cerca de mil quilômetros quadrados.

Tudo indica, portanto, que se trata de um formidável reservatório d'água, um tronco de onde partirão rios perenes, que irão fertilizar grandes zonas, dos três Estados já indicados. Além das fontes, existem grandes brejais, cujas águas poderão ser purificadas e aproveitadas, desde que se façam canais, que virão transformar seus alagadiços em terras de cultura.

Por todos os lados, existem terras lavráveis e a zona centralizada, o Araripe pode tornar-se um centro agrícola de primeira or-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

dem, com imensa produção. São terras de excelente qualidade, e nelas dá tudo.

VINTE CIDADES RENOVADAS

Mas não é só o Crato – continua ainda o Dr. Euzébio de Oliveira – que possui a sua fonte, distante de sete quilômetros, com uma diferença de metros, muitas outras localidades irão fornecer o bastante para suas necessidades, como também de terem usinas de energia e luz elétrica.

Nova Santana, Exu, Velho, esta em Pernambuco, vinte outros têm as mesmas possibilidades.

Barbalha, Araripe, Jardim, Missão, por exemplo, na borda das caatingas, possuem terras de lavoura de primeira qualidade, e não as aproveitam por impossibilidade de cultivo determinada pela falta d' água, e nas mesmas condições estão as cidades de Chapada Grande.

A FELICIDADE DO CABOCLO

Os habitantes da Chapada do Araripe – explica o nosso interlocutor – descem a serra para buscar água em dorso de jumentos.

Agora, com a seca, os jumentos estão exaustos, e é o próprio homem que carrega os barris.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Tenho estudado um meio de fazer a água subir até lá, pondo em serviço a força das fontes das escarpas.

Perguntei a um caboclo – terminou o diretor do Serviço de Geologia – o que fazia se eu levasse à chapada meia polegada d'água.

Há! Nem me fale dessa felicidade exclamou ele!

Não se poderia recorrer à atividade de maior relevo para tão bem justificar o objetivo das dotações, ora propostas.

Os objetivos do Projeto em parte já estão sendo alcançados mediante a inclusão de verbas na lei orçamentária de 1950 e 1951 para:

a) estudos e projetos de um sistema de açudes públicos no Riacho do Carás e seus principais afluentes, de modo a garantir a irrigação do respectivo vale, nos municípios de Crato, Juazeiro e Missão Velha;

b) prosseguimento dos serviços de catação d'água da Serra do Araripe, estudos e projetos para o aproveitamento racional da água das fontes da mesma serra (Ministérios da Viação, verba 4, consignação VII, e Agricultura, verba 3, consignação 1,59 – 02 - Div. Águas, 3)

O orçamento de 1950 contém dotação destinada às barragens submersas do rio Salgado, e do atual exercício reservou-se para os estudos e projetos dos açudes “Atalho” e “Várzea Alegre”, nos vales do Riacho de Porcos e do Machado.

A respeito desses empreendimentos abrangidos no Projeto, o que se visa é assegurar a continuidade das respectivas obras até a devida conclusão.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO
MS
SEM

COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

As medidas relativas ao aproveitamento econômico do vasto chapadão do Araripe, constituído de terras devolutas que se prolongam através das fronteiras do Ceará com Pernambuco e Piauí, encontram franco apoio nas sugestões expendidas em recente trabalho sobre a região, no qual se acentua:

“Todos concordamos que para anular, em parte, os efeitos desastrosos das secas periódicas que nos afligem, precisamos de muito açudes, pequenos e grandes, com seus complementos necessários, os canais de irrigação, de boas estradas de rodagem, de ensinar as massas rurais o modo de cultivar a terra, etc”.

Quanto ao Cariri, urge que façam água em cima do planalto de Araripe. Nosso matuto já inventou o barreiro, buraco cavado no chão da chapada, batido a malho ou casado a pata do gado, até a impermeabilidade do terreno.

Com alguns milhões de cruzeiros, não muitos, poderiam os governos constituir centenas desses pequenos lagos.

Se assim se fizesse, veríamos multiplicar-se no chapadão, espantosamente, as lavras de mandioca, o pão do sertanejo, as do abacaxi, maniçoba, etc. Transformar-se-ia, também, a serra num dos maiores campos de criação de gado vacum de todo o nordeste brasileiro.

As águas das fontes das faldas do Araripe regam os sítios de ao sopé da chapada e os dos brejos que lhes ficam abaixo alguns quilômetros.

Nesse trajeto é natural que se perca, por infiltração, considerável quantidade de água.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Por que se não adotarem medidas que façam chegar aos brejos as águas das nascentes, sem essa grande perda de infiltração?

Se cavarmos barreiros em cima do chapadão, cercarmos de árvores as fontes sonedâneas desta, aproveitarmos, por um racional sistema de irrigação, toda a água que jorrar de seu bojo, extinguirmos, enfim, os formigueiros, será o maciço araripano um dos maiores elementos contra os efeitos das secas que assolam um imenso trato do território nacional”.

(“O cariri”, do Dr. Irineu Pinheiro, págs. 278-279).

O projeto nº 1.183-48, ora renovado com sucinto aditamento, mereceu voto unânime de aplausos da Assembléia Legislativa do Estado, cujos membros bem compreenderam a profunda repercussão que teriam na vida econômica cearense as medidas nele consubstanciadas.

O deputado Ademar Távora, penejador experimentado que constantemente ilustra as páginas do diário fortalezense “O Povo”, em artigo sobre “Projeto bem inspirado” depois de lhe exaltar o largo alcance dos objetivos conclui:

“Cada uma daquelas medidas será de grande proveito para a economia cearense e, por isso, é de esperar-se que se converta em lei o projeto do deputado Alencar Araripe, não deixando o governo se transformar em letra morta a autorização que lhe vai conceder o Congresso Nacional para devolver a esta terra, tantas vezes flagelada pelos elementos e malsinada pelos homens, uma pequena parte dos tributos, que mesmo suando sangue, os seus filhos anualmente pagam à nação”.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

A regularização dos rios do Nordeste é uma exigência para evitar as inundações e garantir a segurança das obras de irrigação, a que se pretende atender com a construção das barragens pertencentes aos diversos sistemas projetados na região.

As obras do sistema do Jaguaribe, em que se destaca a construção de Obras, com a capacidade de cerca de 4 bilhões de metros cúbicos de água, dominarão o curso do mais importante rio do Ceará.

O salgado que se destaca em segundo lugar entre os afluentes do Jaguaribe, reclama providências semelhantes para se libertar das inundações de tão danosas conseqüências.

O inspetor das Secas, engenheiro Luis Vieira, em Relatório sobre os trabalhos realizados no triênio de 1931 a 1933, salientou a necessidade de reter as águas das enchentes do salgado, onde se mostrar mais conveniente.

Afora o açude de Lima Campos, nenhum outro ali se construiu, ou, ao menos se tinha projetado, até os últimos tempos.

Coube-me a iniciativa de obter dotações para os estudos e projetos, já concluídos e aprovados, dos açudes “Latão”, em Santanópolis, e “Quixabinha”, em Mauriti. O orçamento em vigor registra verbas para os estudos do Várzea-Alegre, no Riacho de Porcos, em Brejo Santo. Estão em via de conclusão os que também suscitamos, quanto ao “Poço de Pedras”, em Campos Sales.

Construam-se alguns desses reservatórios, o “Poço da Volta”, em Jati (Jardim), o “Vasante”, em Mauriti, o “Riacho da



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Roca”, em Quixadá, o “Pilar”, o “O Bravas”, e “O Furtuna” nos riachos desses nomes, em Assaré, e o Felipe, em Jucás, todos da bacia do Salgado, e assim estará **ipso facto** regularizado esse impetuoso curso d’água e, ao mesmo tempo, garantida a irrigação de vasta sorte de terras da melhor qualidade, ocupadas por densa população tradicionalmente dedicada aos labores agrícolas.

O programa de obras enunciadas no presente projeto constitui um poderoso conjunto de medidas do mais elevado alcance, destinadas a transformar completamente o **facies** econômico e social da região em que têm de ser postas em prática.

O projeto estabelece meio eficaz para a criação de riquezas básicas, onde domina o pauperismo, devido às inconstâncias climatéricas, cujos efeitos removerá totalmente; objetiva uma série de providências, a cuja execução sem dúvida está preso o destino de imensos núcleos populacionais do interior.

É em nome dos veros interesses das mesmas, que clamamos por sua aprovação.

Sala das Sessões. 8 de maio de 1951.

– Alencar Araripe.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: o poder Executivo Autoriza Estudos, Projetos e Construção de Barragens.

Resp. poder Executivo

Data: 11 de maio 1951

Fichário: Teresa

PROJETO

Nº 337-1951

Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projetos e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, de uma rede de canais de irrigação das águas das fontes de serra do Araripe, de um sistema de açudes e barragens nos vales de Carás, Rio dos Porcos, Machado e Bastiões, e de um plano para o racional aproveitamento da dita serra.

(Do Sr. Alencar Araripe)

O Congresso Nacional decreta,

Art 1º – É o Poder Executivo autorizado a mandar realizar, pelos órgãos competentes, no Estado do Ceará, aos estudos, projetos e construção:

a) de um sistema de barragens submersas sucessivas nos rios Salgado e Jaguaribe, nos trechos compreendidos entre os Municípios de Icó a Missão Velha, e Tauá a Iguatu;

b) de uma rede de canais para a despoluição econômica das águas das múltiplas fontes sopedâneas da Serra do Araripe, nos



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Municípios de Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Brejo Santo, Araripe e Santanópolis;

c) de um sistema de açudes e barragens submersas e subterâneas nos vales dos Carás, do Riacho dos Porcos, do Machado e dos Bastiões, situados nos Municípios de Crato, Juazeiro e Missão Velha, Brejo Santo, Milagres, Mauriti e Jardim, Várzea – Assaré e Jucás, destinados a assegurar-lhes a produção agrícola;

d) de um conjunto de obras para o aproveitamento das riquezas da serra do Araripe, compreendendo:

I) a abertura de galerias filtrantes, nas encostas, para a captação de novos mananciais;

II) a discriminação, por meio de dados, os cercas, das zonas agrícola e pastoril, e a conservação das reservas florestais nas proximidades das fontes;

III) a localização de postos agropecuários;

IV) a abertura de poços artesianos e a construção de “barreiros”.

Art. 2º – As despesas a serem feitas, em cada exercício, com o plano de obras acima estabelecido, serão consignadas na respectiva Lei Orçamentária e correrão por conta da dotação constitucional destinada ao combate dos efeitos da seca do Nordeste (art. 23, das Disposições Gerais da Constituição Federal).

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário à presente lei, que entrará em vigor desde a data de sua promulgação.

Sala das sessões, em 7 de maio de 1951 – Alencar Araripe. – Humberto Moura. – Otávio Lobo. – Adail Barreto. – Sá Cavalcanti. – Adolfo Gentil. – Parsival Barroso. – Virgílio Távora.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto, apresentado mais ou menos nos mesmos termos da legislatura anterior, quando recebeu o número 1.183-48 e obteve pareceres unânimes favoráveis das Comissões do Polígono da Seca, Agricultura e Obras Públicas, deixou de chegar ao término do curso regimental, por falta de pronunciamento da Comissão de Finanças, na posse de cujo relator permaneceu por mais de um ano.

Consubstanciando uma série de providencias do maior interesse para o aproveitamento das riquezas potenciais que oferece uma das regiões mais futuras do Nordeste, impõe-se a renovar a sua apresentação, que anteriormente justifiquei nos seguintes termos:

“O Sr. Presidente da República, em Mensagem dirigida ao Congresso Nacional a 14 de março deste ano, salienta existirem no Nordeste regiões que estão a exigir maior soma de trabalhos e cuidados: são as suas áreas problemas”, com peculiaridades definidas e problemas específicos, entre as quais nomeia a região do Cariri. (pg. 237).

Acha o Chefe da Nação que ali se encontra um dos setores especiais do desenvolvimento da zona da seca, onde se fazem sentir as necessidades de uma aplicação concentrada de recursos financeiros e técnicos.

A procedência desse conceito emitido na aludida peça oficial, não pode constituir objeto de dúvida, para quem quer que



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

se preocupe seriamente com os problemas relacionados com a recuperação econômica daquela parte do país.

O Cariri é, de certo, uma das “áreas férteis”, isto é, um dos “espaços tropicais e fora dos trópicos, nos quais o Brasil poderá desenvolver enormemente sua agricultura”, conforme acentuou em conferência sobre os “Problemas Econômicos Fundamentais do Brasil”, o Governador fluminense Sr. Cel. Macedo Soares, (Vide o livro “Falando aos Fluminenses”, pág. 103).

Dá-nos o seu testemunho, em igual sentido, um técnico autorizado no assunto, o Sr. Vasconcelos Sobrinho, quando, em seu livro recentemente editado e tão bem acolhido - “As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização” – acentua a ingratidão da serra do Araripe, em relação a esse Estado, de vez que deixa escoar águas para as bandas do Ceará, onde extensas planícies, as mais belas de todo o Nordeste, se beneficiam amplamente.

Nesta várzea, adianta o mesmo escritor, “presente do Araripe ao cearense, planta-se a cana de açúcar intensamente e a produção do arroz atinge o nível mais alto do Nordeste” (pág. 63).

Realmente, a região do Cariri, em que se integram onze municípios cearenses, destaca-se pela prodigiosa riqueza de seu solo e abundância de produção agrícola, em parte assegurada, mesmo no rigor das crises climatéricas, em face das fontes que surgem nos flancos da precipitada serra e possibilitam a permanente irrigação.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Daí a sua justa e tradicional classificação de legítimo oásis dos sertões naquele setor do País, onde o índice de elevada densidade demográfica atesta a existência de firme apoio econômico à vida das populações ali fixadas.

2. O projeto destina-se, sobretudo, ao aproveitamento das enormes riquezas potenciais da região, mediante a execução de um plano de obras delineadas com apoio na experiência e nos estudos das peculiaridades locais.

Surge, em primeiro lugar, o sistema de barragens submersas sucessivas no leito do rio Salgado, em seu percurso entre os Municípios de Missão Velha e Icó. Já ali se conta uma ou outra barragem desse tipo, construída sem a técnica e os recursos exigidos, mas, cuja utilidade bem serve de franco apoio à presente iniciativa.

O departamento Nacional de obras contra as Secas reconhece a grande importância dessa medida de combate aos efeitos das calamidades climáticas, segundo parecer que há pouco teve oportunidade de proferir a respeito.

3. Há no Cariri rochas permeáveis, por sua constituição de arenitos tenros e areias, onde as águas pluviais se infiltram até espessas camadas de calcáreo, daí deslizando para formar inúmeras fontes.

É o que ocorre no chapadão do Araripe, de 150 quilômetros de extensão e 15 a 30 de largura mais ou menos, que contorna os municípios da aludida região e se situa nas fronteiras com os Estados de Pernambuco e Piauí.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Ali realmente se verifica a existência de fontes perenes, resistentes às mais intensas secas, cujas águas abundantes desde tempos imemoriais vêm sendo utilizadas para a irrigação, por processos rotineiros, de vasta sorte de terras, onde se destaca o cultivo da cana de açúcar e do arroz. A forma por que se aplicam as águas em apreço bem nos faz remontar ao que estava em voga, a respeito da matéria, nos domínios do pai Adão, observa o notável geólogo Euzébio de Oliveira.

O projeto consubstancia a providência de um sistema de canais para a racional distribuição dessas águas, que sofrem imenso desperdício, em seu permanente contato com a terra e os raios solares, a serem conduzidas através das tradicionais “levadas”.

Poupado a essa dupla absorção, o líquido cristalino que se desprende dos flancos do Araripe passaria a ser aplicado com muito melhores resultados econômicos.

Em meio onde se eleva ao da própria terra o valor da água, é manifesto que se revestem da maior importância as medidas destinadas à sua proveitosa aplicação.

Foi isso o que com acerto compreendeu o Ministério da Agricultura ao iniciar os estudos e projetos da canalização das águas das nascentes do Cariri, que, infelizmente, por falta de recursos, deixaram de prosseguir. O projeto, assegurando, a esse e outros serviços a permanência exigida, atende a uma das solicitações mais imperiosas da recuperação da economia do interior do nordeste.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Ao plano da construção dessa rede de canais das águas das fontes do Araripe, se segue o aproveitamento das características geológicas especiais desse chapadão, para a abertura de fontes artificiais, mediante o processo das galerias filtrantes, iniciado, com êxito real, por técnicos oficiais do valor de Euzébio de Oliveira e Gerson Faria Alvim.

Os mananciais do Cariri poderão ser profundamente acrescidos, desde que se continue essa obra de captação deixada a meio caminho, quando estava praticamente evidenciado seu resultado. Graças à descontinuidade de ação administrativa. Eis o que visa o projeto, na letra D, I do artigo 1º;

O vale de Carás compreende uma extensa planície de 50 quilômetros, por 3 a 6 de largura, mais ou menos, banhada pelo rio de igual nome, em seu percurso através os municípios de Crato, Juazeiro e Missão Velha.

Constituído de terras afamadas por sua fertilidade, presta-se admiravelmente ao intensivo cultivo de arroz, que ali é produzido em alta escala, nos anos de invernos regulares.

Essa produção, além de ficar cingida ao período das chuvas (janeiro a maio), vez por outra se reduz, ao chegar até a desaparecer, desde que escasseiem, ou faltem totalmente, as quedas pluviométricas.

A retenção das águas dos Carás, mais ou menos à altura do sítio “Inchu”, em Crato, e de alguns dos seus principais afluentes, em sistema que assegure um serviço permanente de irrigação do aludido vale, constitui uma realização de extraordinário alcance para o desenvolvimento daquele setor do Nordeste.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Aponte-se o Araripe como um dos fenômenos mais impressionantes do sertão, ou seja, entre os expoentes máximos de sua natureza.

Arrojado Lisboa nomeia essa serra, que alça cerca de mil metros sobre a caatinga, como “o que havia de melhor entre os melhores trechos dos sertões nordestinos”.

Eixo da distribuição das chuvas, depósito de imensa massa d’água em seu subsolo, em virtude da porosidade das camadas, sua altitude e grande extensão, o domínio do poder público sobre suas terras e o caráter nacional de sua Horta – tudo concorre para lhe destacar o vulto dominador em pleno âmago do sertão.

O projeto contém o plano a ser executado para o seu aproveitamento econômico. Já aludimos às providências, quanto às fontes naturais perenes e abundantes, que brotam em abertas graças às características espécies da respectiva constituição geológica.

Voltamo-nos, agora, à limitação de zonas destinadas à agricultura e à pecuária, de modo a por ao abrigo das invasões do gado, os roçados dos plantadores humildes e desprotegidos.

A serra do Araripe é, no Nordeste o maior centro produtor da farinha de mandioca, alimento básico das populações sertanejas.

Nos anos de invernos regulares, outras pequenas serras e brejos contribuem para abastecer o mercado naquelas paragens, desse gênero alimentício, mas, quando surgem as grandes estia-



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGST-JUN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

EM



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

gens climatéricas, ai é para aquele tradicional celeiro que se voltam os consumidores de enorme orla dos sertões adjacentes.

Desse enunciado decorre a extraordinária importância de que se reveste, para a região, a obra de amparo ao cultivo da mandioca, em meio tão propício.

Utilizada para a agricultura e a pecuária, a dita serra desde remotos tempos se constituiu objeto de constantes conflitos entre os que se consagram a essas atividades obrigando a administração de Pernambuco à fixação das devidas zonas em 1928.

Preferido o recurso ao “valado”, em face das inconveniências que ofereciam as cercas de arame, de pedras ou nativa, construiu-se o mesmo, ali, em uma extensão de 122 quilômetros.

Foi assim que na parte correspondente ao território pernambucano se pôs termo ao dissídio que ameaçava, senão aniquilar pelo menos reduzir profundamente o cultivo da mandioca em seu legítimo habitat.

Em seu artigo sobre “o Valado da Serra do Araripe e o problema de Sua Restauração”, inserto no Boletim da Secretaria de Agricultura de Pernambuco, de junho de 1936, o engenheiro Moreira Reis mostra que essa discriminação de zonas assume o caráter de ato do “mais alto descortínio, suficiente, pelos efeitos econômicos que pode produzir para recomendar uma administração” e descreve todas as providências que ali foram tomadas, em harmonia com esse enunciado.

No Ceará perdura, no Araripe, esse lamentável estado de luta entre agricultores pobres e pecuaristas abastados, cujos gados constantemente destroem os roçados de mandioca.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Daí provêm com os conflitos a queda vertiginosa da produção de farinha, desde que os plantadores se sentem ao desamparo de garantias.

Eis um problema momentoso, a cuja solução também se propõe o projeto.

Segundo vimos, as camadas de um arenito que permite a infiltração das precipitações pluviométricas até atingir à região do conglomerático, de onde se desviam dando origem às nascentes.

Por ai se verifica que no alto do chapadão a falta de água é absoluta, só se obtendo a mesma, até para as necessidades comuns do abastecimento de seus habitantes, com os maiores sacrifícios.

A abertura de poços profundos para a colheita daquele liquido é uma exigência imposta à obra de racional aproveitamento de tão vasta área de terra.

A construção de “barreiros” é ali um recurso complementar ao suprimento d’ água; constituem uma espécie de açude peculiar à serra onde, feita uma escavação mais ou menos profunda formando pequena bacia, e bem recalcada a terra, se garante a impermeabilidade de um depósito do liquido precioso.

Coroa essas providências o estabelecimento de um campo de demonstração agropecuária, que destine a difundir os métodos racionais de cultura e criação dando a devida assistência técnica às atividades desenvolvias.

Falando sobre a necessidade de aparelhar a região com as reservas necessárias para enfrentar as longas estiagens, mostra o



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Ministro José Américo, em seu livro “O Ministério da Viação no governo Provisório”, ser preciso criar, na mesma em zonas privilegiadas de cada Estado seco (como o é o Vale do Cariri) apoios econômicos que garantam transformar a sua atividade embrionária, em núcleos de técnica agrícola, em celeiros permanentes, como um dos maiores fatores de combate à crise de trabalho e à miséria da seca.

Está dentro desse raciocínio seguro o delineamento do presente projeto, que, aprovado e posto em execução, acreditamos atender a palpitantes necessidades da região, em que se farão sentir os seus efeitos. Assim, já o julgou a Assembléia Legislativa do Ceará, em voto unânime proferido.

Em 25 de outubro de 1949 – Alencar Araripe.

4. Parecem-me oportunos, sobre o assunto, os novos esclarecimentos que ora passo a expor.

A utilidade das barragens submersas como meio rápido e econômico de armazenamento d’água está exaustivamente demonstrada em trabalho inserto nos Anais do Instituto do Nordeste (x-1949, I legs. 12 e legs) de autoria do assistente-técnico do Serviço Agro-Industrial do DNOCS, o engenheiro –agrônomo Carlos Bastos Tigre, em que me cabe destacar os incisivos tópicos que a seguir se lêem:

“Não havendo matas, pastagens e grandes lavouras permanentes do Nordeste e sendo a sua geografia e fisiografia impróprias à retenção de umidade por longo tempo, a forma mais extensiva de armazenamento d’água no sub-solo, seria por meio de barragens subterrâneas e submersas”.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

“O armazenamento d’água por meio de barragens submersas e subterrâneas é tão antigo quanto por barragens de superfície e se nos retivermos em pesquisa remota, iremos encontrá-lo já codificado e regulamentado nos tempos Hamurábicos”.

“Dominar essas águas, com sucessivas barragens submersas e subterrâneas é uma das grandes maneiras de como conseguir rápida, econômica e praticamente a retenção efetiva desse preciso líquido”.

A captação de água, mediante as galerias filtrantes, na Serra do Araripe, e a construção de uma rede de canais para a racional distribuição das que jorram das várias fontes sopedâneas da dita Serra, (ilegível) destino nada a surpreendentes resultados, segundo claramente se deduz dos termos de emenda à proposta orçamentária de 1949 e sua justificação, assim redigidos:



Banco do Nordeste



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGST-JUN ROSADO

COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Continuação de Estudos e Projeto de Barragens.

Resp: Poder Executivo

Data: 24 de maio 1951

Fichário: Teresa

Discussão especial do Projeto N° 337, de 1951, autorizando o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projetos e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, de uma rede de canais de irrigação das águas das fontes de serra do Araripe, de um sistema de açudes e barragens nos vales de Carás, Riacho dos Picos, Machado de Bastões, e de um plano para o aproveitamento da dita serra.

(Do Sr. Alencar Araripe)

(Inscritos os Srs. Alencar Araripe, Medeiros Neto, Otávio Lobo e André Fernandes)

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Alencar Araripe (Pausa). Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Medeiros Neto, (Pausa). Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Otavio Lobo.

O SR. OTÁVIO LOBO (Lê o seguinte discursos):

Senhor Presidente, o projeto, ora em discussão, do nobre deputado Alencar Araripe, tem íntima correlação com o de n° 312 ao culto e nobre representante da Paraíba – Sr. Deputado Samuel Duarte.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Estabelecendo normas básicas para um plano de assistência econômica e social às regiões atingidas pelas secas, o projeto 312 é genérico, visando no conjunto de seus dispositivos, a recuperação econômica da vasta zona do polígono das Secas.

O projeto nº 337 do nobre representante cearense, traçando uma série de oportunas medidas na região do Vale do Cariri, é específico e enquadra-se, perfeitamente, dentro do plano geral do projeto do nobre deputado pela Paraíba.

O projeto 337 é assim, na sua especificidade, uma amostra do que se deveria fazer, de acordo com as exigências de cada região, em toda a extensão da Zona Árida do Nordeste Brasileiro.

De pleno acordo, pois, com o projeto do nobre representante cearense, quer considerado isoladamente, quer integrado (o que seria ideal) no plano do projeto 312.

Apresentou-se, contudo, este projeto susceptível de receber algumas modificações. Assim, na apreciação às emendas por mim apresentadas ao mesmo, comentava:

O projeto nº 312, do Sr. Deputado Samuel Duarte, o qual “estabelece normas básicas para o plano de Assistência Econômica e Social à região atingida pela seca”, causou-me agradável surpresa pela coincidência da semelhança com o que, já elaborado, eu pretendia oferecer a consideração desta casa. Não me coube, contudo, a primazia e nem a honra de apresentá-lo, senão ao nobre representante da Paraíba. Mais uma vez **à tout seigneur, tout honneur**. Mas como nem a mim e nem a sua Excia., nesse caso, não nos move outra idéia que não a do engrandeci-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

mento do Nordeste, tenho somente aplausos à sua iniciativa e creio que lhe não melindro o ânimo, trazendo ao projeto a contribuição de algumas emendas.

Vejamos:

O art. 1º do projeto 312 diz: “Em observância ao disposto no art. 198 da Constituição, fica o Poder Executivo autorizado a promover acordos com os governos dos Estados compreendidos na área das secas periódicas, visando a organização e a execução de um plano de Assistência Econômica e Social à região em apreço”. Acrescente-se a este artigo a seguinte emenda, constituindo Parágrafo Único: Para organização do referido plano, o Presidente da República nomeará uma comissão de técnicos, escolhidos, de preferência, do Ministério da Viação e Obras Públicas e do da Agricultura. Cada Governador de Estado, enquadrado no Polígono das Secas, enviará ao chefe do poder Executivo uma lista tríplice, o qual escolherá, dentre os três nomes da referida lista, um que integrará a mencionada Comissão. Este dispositivo parece-me indispensável, pois trata-se de plano complexo, de largo descortínio e vultosa soma de dinheiro público. É óbvio que só a técnicos caiba incumbência tal. É justo e aconselhável que os Estados compreendidos na área seca tenham representantes na referida Comissão.

Por imperativo constitucional, esses Estados deverão aplicar três por centos de sua renda tributária na construção de açudes e obras de assistência social. Fazem jus, portanto, na elaboração desse plano, a uma representação. Ademais, os Estados



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

têm seus problemas específicos, peculiares, a cada região. Para resolvê-los, melhor não há que seus próprios técnicos.

O artigo 2º do projeto 312 está assim redigido: “O plano referido no artigo anterior compreenderá as seguintes iniciativas”:

(seguem-se XIV itens):

Faça-se a emenda modificativa: Art, 2º – Plano referido no artigo anterior deverá ser estruturado consoante a seguinte orientação:

Esta alteração, parece-me, desenclausura o plano do círculo de iniciativas especificadas, dando margem à Comissão, dentro da orientação traçada, sugerir medidas complementares. Admitem-se aos itens do mesmo artigo, os três seguintes, na qualidade de emendas, assim numerados: I, II, III. Os restantes serão classificados na ordem da numeração.

I – Continuidade no ritmo dos serviços.

II – Modernização dos métodos de lavoura, considerada a ecologia tropical.

III – Execução e desenvolvimento da lavoura seca (dryfarming), intensificação da cultura do algodão mocó, canaueira, oiticica, agave e de espécies oleaginosas e de fibras têxteis. Cultura intensiva de pastos arbóreos e espécies xerófitas.

Justificamo-lo:

Realmente, os altos e baixos, no ritmo dos serviços de combate aos efeitos das secas, são contrários a qualquer obra de sistematização.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

As secas, como as doenças têm, exacerbação e cronicidade. Até hoje só as crises climáticas agudas têm sido acudidas com terapêutica de urgência.

O pauperismo do povo em geral, a subnutrição das populações rurais, a emigração sistemática dos nordestinos, a anemia econômico-financeira dos Estados sob o signo do flagelo climático e as mazelas causadas pelos efeitos serôdios das secas ou cronicidade têm passado, aos olhos dos poderes da união, como normalidades da região nordestina. Hoje, ante os recursos da técnica, já não é mais insolúvel o secular problema do Nordeste. E sê-lo-á sempre, ante a solução de continuidade de suas obras.

A modernização dos métodos agrícolas, de acordo com o ambiente, é medida que tem quase a clareza de postulado. A agricultura indígena de métodos agrícolas europeus, aplicados sem acurado exame, ao nosso meio tropical. A agrologia dos climas frios e temperados não é a mesma das nossas terras. Os métodos de cultivo dependem das variações do complexo globio-climático. Os climas frios e temperados, de estações bem definidas, são propícios, por um conjunto geral de fatores, a estabilidade agrícola.

Nos trópicos, a insolação, a temperatura, as fortes precipitações pluviais, as grandes enxurradas, a ativação das reações biológicas, o intemperismo, enfim, explicam as razões de métodos diferentes. Nas regiões semi-áridas, de prolongados estios e secas periódicas, de pluviosidade irregular e às vezes de aguaceiros pesados, de solo raso e pobre de matéria orgânica, de fácil salinização, desnudo e sujeito a ventos violentos, o cultivo da



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO
MS
SEM
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

terra não pode ser feito, impunemente, em conflito com ambiente. Qualquer plano de recuperação econômica do Nordeste se não for executado de acordo com princípios científicos, poderá acarretar a improdutividade da terra e a formação de desertos.

Assim, a mecanização da lavoura Nordestina deve ser orientada no sentido de manter em equilíbrio o complexo solo-plantaclima. Dentre os métodos agrícolas, o da lavoura seca (dry-farming) deve ter menção especial. Empregada, **larga mana**, pelos americanos e apenas ensaiada entre nós. Guimarães Duque, baseado em experimentos do Serviço Agro-Industrial do D.N.O.C.S., é de opinião que o fraco poder de ascensão da umidade, ao lado de solos pouco profundos e intensa evaporação, não facilitou o desenvolvimento da lavoura seca no Nordeste. Mac-Donald, da Universidade de Minnesota, referindo-se a The Great American Desert transformado em oásis pelo milagre do método, escreveu: “Ter Desert Shah rejoice and glossom as the Rose. Pimentel Gomes crê que se possa, pela lavoura seca, resolver em grande parte o problema do Nordeste. Em “Contribuição para a Solução ao Processo Agrícola do Nordeste do Brasil” exemplifica: “O Sr. Pompeu Sobrinho tem grandes plantios de Mocó - uma dry-landerey nas aluviões sílico-argilosas do Taquirá, no Ceará e usa processos de dry-farming. Colheu, na seca, por hectare, mais de quarenta arrobas de algodão, o que é mais ou menos a grande média dos algodoads agrícolas. Se o Estado do Ceará plantasse mocó pelos processos de lavoura seca teria colhido (ou melhor, talvez tivesse colhido) em 1932, não três milhões de quilos de algodão em pluma, e sim 19.705.000 quilogramas.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Ao item I do art. 2º acrescente-se: e barragens subterrâneas.

Ao item IX do referido art., junte-se: e, especialmente, à educação e formação de uma mentalidade rural das massas sertanejas.

Ao item XIV do mesmo art., adicione-se: e do solo, principalmente, sob o aspecto agro-mineral.

As barragens subterrâneas não podem ser esquecidas. Acessíveis aos pequenos proprietários, em razão do preço, facilmente executáveis, pelo aproveitamento de qualquer córrego, riacho e rio, conservando bem a umidade dos terrenos, pela pequena evaporação, pouco sujeitos à salinização, dispensando serviços de drenagem – essas barragens são de real valor no fomento à lavoura de verão, às vazantes, ao cultivo de forragens.

Quanto aos centros de estudos e pesquisas, sobressaltam à vista, pela importância, os que dizem respeito à terra.

Estudar o solo, conhecer-lhe a estrutura geológica, pesquisar-lhe os minérios dos terrenos, corrigir-lhe os defeitos, saber defendê-lo do intemperismo, conservar-lhe a produtividade é, sobretudo, preparar o indivíduo para a integração no meio em que vive. Enfim, a campanha do secular problema do Nordeste, deve ser paralela à da educação de sua gente.

O SR. PRESIDENTE – Está finda a hora da sessão.

O SR. OTÁVIO LOBO – terminarei em poucas palavras, Sr. Presidente.

Para a recepção desse arsenal moderno de medidas contra as secas é mister preparar o ambiente humano. Formar uma



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

mentalidade que adapte o indivíduo à renovação do meio, com seus grandes açudes, seus vales irrigados, sua energia, movimentando usinas, desenvolvendo indústrias. Mentalidade rural que o fixe à gleba pelo trabalho produtivo, garantindo-lhe estabilidade econômica. As vozes que pregarem essa educação na região semi-árida do Nordeste, não clamarão, por certo, no deserto.

(Muito bem: muito bem).

O SR. PRESIDENTE – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão do projeto número 337, de 1951.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO FINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: comunicação
Resp. Câmara dos Deputados
Data: 2.6.1951
Fichário: Teresa

DÍARIO DO CONGRESSO NACIONAL

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Adahil Barreto, para uma comunicação.

O SR. ADAHIL BARRETO (Para uma comunicação) – Sr. presidente, sirvo-me dos momentos iniciais desta sessão extraordinária para transmitir à Casa a situação muito grave que se delinea não só no meu Estado, como em todo o Nordeste brasileiro, relativamente à seca que ora avassala a extensa zona nordestina.

Os jornais de Fortaleza que chegam à bancada cearense dão uma sensação de tristeza a quem quer que os leia. As notícias são as mais desoladoras possíveis e até mesmo os jornais do Rio dão idéia de como se está tornando delicada a situação do meu Estado.

Tenho em mãos periódicos do Ceará, que fiz questão de trazer para conhecimento do plenário, todos eles com notícias as mais desoladoras. “Situação difícil em Canindé – flagelados afluem à cidade de São Francisco” – é uma notícia. “Itapipoca viveu durante 24 horas sob a ditadura da fome” – é outra notícia.

“Situação do comércio no interior do Estado, um para comprar, cinqüenta para pedir” – é mais uma notícia.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

É dessa natureza a situação de inquietação e de desassossego que reina em meu Estado.

Tudo isso acontece quando nos encontramos na fase, talvez, a menos aguda da crise que nos assoberba. Se já agora, levadas e levadas de famintos ameaçam o comércio nas povoações e mesmo nas cidades, é de prever que se torne mais grave a situação quando chegarem os meses críticos do verão, a começar em agosto deste ano até janeiro, fevereiro ou março do próximo ano.

Por isso, achei de bom alvitre chamar a atenção da Câmara dos Deputados para a delicadeza do problema especialmente dos Deputados Nortistas, a fim de chamarmos daqui, para o Governo Federal, no sentido de que as medidas sejam mais prontas e mais eficientes.

O Sr. Plínio Coelho – V. Ex^a tem meu absoluto apoio.

O Sr. ADAHIL BARRETO – Muito obrigado a V. Ex^a

... isto porque, Srs. Deputados - pesa-me dizer - as providências adotadas pelo Governo Federal não estão sendo prontas nem eficientes.

O Sr. Breno da Silveira – Poderia V. Ex^a nos informar da atuação do Sr. Ministro da Viação, que esteve há bem pouco tempo, em toda a zona flagelada, e divulgou, em entrevistas pela imprensa, as medidas tomadas e que considera radicais para a solução do gravíssimo problema? Gostaria de ouvir o testemunho de V. Ex^a, por conhecer o assunto mais de perto.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O SR. ADAHIL BARRETO – Posso afirmar que, efetivamente, o Sr. Ministro da Viação percorreu, com prejuízo para seu conforto pessoal, parte da zona do Polígono das Secas.

O Sr. Ministro da Viação visitou mesmo os serviços já em execução. São, porém, muito poucos os existentes, e não estão, de modo algum, atendendo à gravidade da situação em determinadas zonas. Da obra nova que S. Ex^a mandou iniciar, só tenho conhecimento da Estrada Acaraú-Itapipoca.

O Sr. Abelardo Andréa – Sabe V. Ex^a que o Ministro foi acompanhado, em toda a visita, pelo Governador do Estado, o qual - quero ainda salientar- tinha orientado essa visita.

O SR. ADAHIL BARRETO – Estou certo ou melhor, para ser mais real – estou na expectativa simpática de que S. Ex^a, tendo regressado ao Rio de Janeiro após haver visto bem de perto a miséria reinante em todo o Nordeste brasileiro, se prepare para adotar providências mais efetivas, mais reais, mais prontas para debelar a crise.

Até antes da ida de S. Ex^a, a verdade é que os serviços não estavam sendo capazes que socorrer toda a zona flagelada.

O Sr. Breno da Silveira – Pediria que v. Ex^a, em seu discurso nos apontasse as medidas efetivas e imediatas que poderiam minorar com urgência o gravíssimo problema.

O Sr. ADAHIL BARRETO – Eu gostaria de atender ao nobre colega.

Municípios como o de Anacetaba, nas vizinhanças de Fortaleza, estão sofrendo grandemente. Pedem eles, insistentemente, a realização de estrada Trairi-Anacetaba. Nesse sentido têm



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
Joaquim Nabuco**
COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

sido feitos apelos, sem resultados até agora. A zona na qual está situado o grande município de Crateús, há cerca de dois ou três dias vitima de invasão de levas e levas e flagelados, até agora não tem um só serviço para socorrer esses patrícios. Minha terra natal – Iguatú – e municípios vizinhos, como Saboeiro, por exemplo, não tem serviços para socorro das próprias populações sendo elas, assim, obrigadas a se deslocarem léguas e mais léguas, à procura de serviços em outras regiões.

Neste ensejo, gostaria sobretudo de clamar contra a miséria das diárias que estão sendo pagas aos trabalhadores das obras em execução. Calculem os Srs. Deputados que para solteiros é ficada a diária de Cr\$ 12,00 e aos casados, em geral pais de numerosa prole, como é muito comum no nordeste, paga-se a diária ínfima de Cr\$ 14,00. É bem de ver-se que diária tão mesquinha não dá, de forma alguma, para o custeio das despesas de manutenção dos trabalhadores e sua família. Os preços dos gêneros de primeira necessidade no Ceará são talvez dos mais caros das zonas flageladas. Vou citar alguns, para conhecimento da Câmara: feijão – Cr\$ 3,50; arroz – Cr\$ 5,00; farinha – Cr\$ 3,80; a carne do Rio Grande do Sul, conhecida no Ceará como jabá. Cr\$ 17,00; açúcar – Cr\$ 5,00.

O Sr. André Fernandes – No interior do Rio Grande do Norte o quilo do feijão já está a Cr\$ 10,00.

O SR. ADAHIL BARRETO – V. Ex^a muito me auxilia como o aparte, mostrando que a diária miserável que o Departamento de Obras contra as Secas está pagando não dá, em absoluto, para a manutenção dos operários que, famintos e esperan-



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGST-JUN ROSADO

COLEÇÃO



MOSSOROENSE



GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

çosos, procurem aqueles serviços. Quando se reclama do Departamento, os responsáveis dizem que não é possível o aumento das diárias, porque as obras sairiam muito caras. Vê-se, pois, se quer construir obras públicas à custa da miséria alheia com a oficialização da fome. (Muito bem). O Estado não tem o direito de exigir tanto sacrifício daqueles que já vivem na maior penúria.

Como ia dizendo inicialmente, pesa-me dizer que as providências são sobremodo lentas no socorro ao Nordeste. A burocracia que impera no Rio de Janeiro, a que poderemos chamar que “maldita”, tudo dificulta, faz com que tudo ande devagar (embora as promessas sejam constantes, permanentes). Mas não é possível que o nordestino, faminto, continue a esperar o cumprimento de promessas que se sucedem sem nunca se concretizarem.

Outra providência que desejaria reclamar refere-se a questão da construção de açudes particulares em cooperação com o Governo. O assunto já é do conhecimento de muitos Senhores Deputados, mas, mesmo para a maioria dos representantes nordestinos, constitui novidade a notícia de que há 6 ou 8 anos o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca não aceita um só pedido para construção de açudes em cooperação com o Governo. Os orçamentos, anualmente, reservam verbas vultosas para essas construções, mas o Departamento se nega, terminantemente, a aceitar tais pedidos.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Armando Falcão – Exatamente o que eu queria esclarecer. Os pedidos são formulados e o Departamento se recusa a deferi-los.

O SR. ADAIL BARRETO – Exatamente, são formulados, mas o Departamento se recusa a receber as petições. Não há, para isso, razão plausível, porque existe lei regulando a matéria, determinando tal cooperação. Esta, aliás, é uma das formas mais plausíveis – elogiada até pelo diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – de combate ao flagelo das secas, porque constitui remédio permanente e eficaz.

O Sr. Leite Neto – Vossa Excelência tem interia razão, e o que é mais lamentável é que não se executam essas obras em cooperação com os municípios. Posso dar o meu depoimento de que, há dez anos, no Estado de Sergipe, não se constrói sequer um açude na área compreendida pelo Polígono das Secas. O único açude em cooperação com os Municípios, até hoje não foi terminado. Está paralisada a sua construção, porque o Departamento de Obras Contra as Secas, por essa burocracia a que vossa Excelência se refere, não achou jeito, nem meios de continuar a obra. Vossa Excelência tem, pois, inteira razão.

O SR. ADAIL BARRETO – muito grato pelo aparte do nobre colega.

Corroborando a informação de Vossa Excelência, relativamente aos pedidos por parte do próprio poder público, representado pelas prefeituras, posso esclarecer que, há poucos dias, o Prefeito Municipal de Iguatu, desejando construir uma barragem de grande significação para toda uma zona seca, solicitou a



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

cooperação do Departamento, e este se negou, terminantemente, a aceitar o respectivo requerimento.

Isto é tanto mais absurdo, Senhor Presidente, quanto é certo que a lei por particulares com a cooperação de reguladora da construção de açudes, o Governo Federal, concede preferência aos pedidos formulados pelas prefeituras.

O Sr. Breno da Silveira – Vossa Excelência traz ao conhecimento da Câmara denúncia da mais alta gravidade, porque Deputados de outros Estados, inclusive eu, que sou aqui representante do Distrito Federal, estavam na plena convicção de que o Governo tinha, realmente, tomado providências, ante o verdadeiro clamor que, desde o início da abertura dos nossos trabalhos, vem sendo aqui trazido reiteradamente pelos representantes dos diversos Estados do Polígono das Secas. E devo dizer que sentimos a ausência do líder da maioria, Sr. Gustavo Capanema, porque S. Excia estaria na obrigação de responder, imediatamente, a Vossa Excelência, dando à Câmara a esperança ou a certeza de que o governo levará, o quanto antes até o Nordeste, aquelas medidas que se impõem. Era o aparte que queria dar a Vossa Excelência.

O SR. ADAHIL BARRETO – Vou terminar, Sr. Presidente. Antes de fazê-lo, devo declarar que, quando vim à tribuna, não era minha intenção criticar demagogicamente o Governo, mesmo porque acredito que os seus componentes tenham para com o nordeste a boa vontade que realmente devem ter. Bato-me aqui – isto sim – contra a lentidão das medidas, contra essa burocracia que não hesito chamar novamente de “maldita”, pois



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FUNGT-JUN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

EM



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

entrava tudo e tudo dificulta. Censuro – isto sim – o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas por pagar diárias miseráveis aos seus operários, querendo construir grandes obras à custa do suor – e por que não dizer – do sangue e talvez da própria vida desses operários. Critico-o inclusive porque se nega a executar a medida mais eficiente de combate às secas: a cooperação com os particulares para a construção de açudes.

Neste sentido farei chegar amanhã à Mesa requerimento, mas, desde logo deixo aqui consignada minha estranheza a este respeito. Chamo a atenção do Governo e da Câmara para a delicadeza da situação no Nordeste, que é cada vez mais grave, trazendo talvez o próprio desespero a um milhão de habitantes, nos próximos meses que por aí vem. São os meses mais duros da fase do verão – de agosto a fevereiro – e é preciso que o Governo se prepare, desde logo, para atender à situação dolorosa que se avizinha.

Deixo, aqui, ao governo da União, o meu apelo e aos colegas desta Casa a minha advertência, notadamente àqueles que tiveram a ventura, apesar de tudo, de nascer no Nordeste brasileiro. (Muito bem; muito bem. Palmas).



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGST-JUN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Deputado Adail Barreto (Ceará)

Resp. Diário do Congresso Nacional

Data: 20.11.1951

Fichário: Teresa

O SR. PRESIDENTE – Passa-se à 2ª parte do expediente.

Tem a palavra o Sr. Antonio Feliciano (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Adail Barreto.

O SR. ADAHIL BARRETO (Lê o seguinte discurso). – Sr. Presidente, o brilhante órgão da imprensa carioca “O Jornal” publicou na sua edição de ontem telegrama procedente de Fortaleza, consubstanciado nos seguintes termos:

“O próprio Chefe do Distrito do Departamento de Obras Contrás as Secas neste Estado revelou à reportagem que mais de 40 mil operários estão com seus vencimentos atrasados. Afirmou o Engenheiro Pereira de Miranda que essa situação, verdadeiramente critica, está comprometendo as realizações do governo federal neste Estado, que estão inclusive ameaçadas de paralisação, se dentro dos próximos dias não forem tomadas enérgicas providências, não apenas com a remessa de numerário, mas também de gêneros alimentícios para os operários e suas famílias”.



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FINGST-JUN ROSADO

COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

A notícia não nos causou surpresa porque, como devem estar lembrados os nossos ilustres partes, há mais ou menos 20 dias passados, tivemos ocasião de chamar, em dois discursos sucessivos, atenção do Governo para a fase crucial da seca de 1951, chegada com os meses finais do ano.

O nosso grito de alerta é agora acompanhado por uma voz insuspeita e autorizada, por isso que é a palavra do responsável pelos serviços de socorro aos flagelados em nossos Estados, o digno e honesto dr. Pereira de Miranda, chefe do primeiro Distrito do D.N.O.C.S. Na ocasião em que proferimos desta augusta tribuna aqueles dois modestos discursos, tivemos o ensejo de, mostrando a gravidade da situação criada no Nordeste com a falta de suprimentos, aludir a um telegrama que recebêramos de um dos chefes de Residências, no Ceará, esclarecendo que todos os serviços em andamento estavam na iminência de um colapso, caso não chegassem com urgência os necessários recursos para a continuação das obras.

De posse daquela informação naturalmente secundada por outras de fonte oficial, S. Ex^a o Sr. Ministro da Viação, devotado e incansável amigo do Nordeste, organizou exposição de motivos, solicitando o reforço de Cr\$ 120.000.000,00 para que as obras não paralisassem e, em consequência, não ficassem abandonados, à mingua de recursos, 40 mil trabalhadores, vítimas da seca.

Sr. Presidente pesa-me dizer, mais do que isto, revolta-me dizer que até agora esse pedido de suprimento de verba não foi atendido.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Estamos, é bom dizer-se mais uma vez, até cansar os ouvidos delicados dos homens do governo, na fase mais dolorosa e difícil da seca de 1951.

Esgotaram-se, já agora, os últimos recursos daqueles que até ontem evitaram procurar os serviços do governo. O número de trabalhadores aumenta, assim, de dia a dia e a miséria cresce assustadoramente nos acampamentos.

O SR. SARASATE – Em abono do que V. Ex^a está dizendo, se houver oportunidade, ainda hoje, trarei depoimento à Câmara a respeito do que vi e observei pessoalmente no Ceará, acerca do retardamento das verbas e da não iniciação de certos serviços programados, e das conseqüências funestas que esses fatos produzem no seio da grande massa de trabalhadores que ali se encontram a serviço do Governo.

O SR. ADAIL BARRETO – Muito grato a V. Ex^a.

Os gêneros de primeira necessidade se escasseiam e os fornecimentos particulares esgotam a sua capacidade de espera de pagamentos, entregando-se alguns deles, para poder sobreviver, a métodos reprováveis de redução dos fornecimentos ou de elevação dos preços dos gêneros que vendem.

Por sua vez, os trabalhadores, sem receber os seus míseros salários, são obrigados a vender com grande diferença de preço os gêneros que retiram nos fornecimentos, para com o produto da venda, conseguirem alguns níqueis com os quais possam comprar mercadorias outras – e são tantas – que os fornecimentos não vendem.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Em conseqüência de tudo, a miséria corta os corações mais insensíveis; constringe e entristece a todos o sofrimento daquele povo heróico, trabalhador, paciente e bom; daquele povo, que queriam ou não queriam os “boa vida das cidades”, é, ainda a maior reserva moral e cívica da nacionalidade.

Mas, Srs. Deputados, os burocratas do Ministério da Fazenda, não conhecem o drama do Nordeste, a não ser por informações. E uma coisa é conhecer-se um fato de visu e outra é dele tomar-se conhecimento por informações.

Sr. Presidente, o que mais revolta em tudo isto é que não estamos pedindo esmolas. Estamos reclamando o que a Lei Suprema nos assegura.

Se neste país as leis fossem cumpridas, muita gente devia estar na cadeia. E entre estes deviam estar aqueles que teimam em não dar exato cumprimento ao parágrafo primeiro do art. 198 da Constituição Federal.

Efetivamente, Sr. Presidente, criado em 1948 o Fundo Especial de Socorro aos Flagelados das Secas não foi até agora posto em vigor realmente, apesar de ter sido isso aconselhado por uma lei, a de nº 1.004, de iniciativa do nosso brilhante colega Paulo Sarasate.

O resultado disso é que os saldos do Fundo Especial vão se amontoando de ano para ano, devendo a União ao Nordeste, nesta altura, o montante de Cr\$ 372.265.076,60. E enquanto nos deve quantia tão avultada, reluta o Governo com indiferença pela sorte de milhares de bons brasileiros no pagamento de suprimentos que importam em Cr\$ 120.000.000,00.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE
SEM



www.colecaomossoroense.org.br

Com efeito, Sr. Presidente, segundo dados seguros e definitivos por nós colhidos na Contadoria Geral da República e que desafiam contestações, é a seguinte a situação do Fundo Especial criado pelo parágrafo 1º do artigo 198 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, não calha, por inteiramente destituída de fundamento, a alegação de que o governo somente deve pagar a percentagem levantada sobre a receita tributária, a partir de 1951. A dívida não é de governos, que passam na voragem do tempo, mas da República, do Estado que é eterno.

A prevalecer a teoria absurda de que o Governo atual só tem obrigação para com os fatos de sua gestão, desprezando os encargos apurados no governo passado, então estavam abalados os melhores princípios de todos os Direitos que regem a vida do Estado. Naturalmente – e entendemos bem isso – a tese esdrúxula não é invocada em relação a compromissos outros, com credores poderosos, mas o é diante apenas dos credores fracos, como no caso, a abandonada região brasileira.

O Sr. PAULO SARASATE – Aliás, essa tese não tem razão de ser, uma vez que a Constituição manda que o dinheiro fique em caixa, em depósito. Logo, não pode ter sido gasto pelos Governos anteriores, pois de 1946 a 51 não ocorreram outras secas. Assim existe, o dinheiro dentro da Constituição, normalmente, de acordo com ela, em depósito. E é chegada a hora de recorrer ao mesmo. Isso, aliás, está sendo feito, porque a verba deste ano não atinge à proporção dos recursos atribuídos ao Nordeste. O que se está tirando do ano passado e dos anteriores,



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

é migalha. Daí a necessidade de reclamações e protestos como os que V. Ex^a está fazendo.

O SR. ADAIL BARRETO – Sou grato a V.Ex^a Sr. Deputado Paulo Sarasate, pelo aparte, mais devo esclarecer que é do meu conhecimento entender o Ministério da Fazenda que não tem responsabilidade, pelo menos imediata, sobre as quantias que estão apenas no balanço geral da República, escriturados como Fundo Especial das Secas. Entende mais aquele Ministério, que só deve pagar a quantia do Fundo Especial relativa ao ano em curso. Tanto isso é verdade que no plano de emergência há pouco executado, o Ministério da Fazenda destacou por conta dele apenas a importância de 177 milhões de cruzeiros, deixando os restantes 66 milhões para serem cobertos depois, com crédito a serem pedidos pelo Governo Federal. É tese que considero realmente esdrúxula e absurda a de o Governo Federal só ter responsabilidade para com o Fundo Especial a partir de 1951.

Contra isso, Sr. Presidente, levantamos a nossa voz, que pode ser desprestigiada, (não apoiado), mas é sincera e autorizada, por que representa uma parcela da grande autoridade, que, ao contrário dos governos, nunca morre: o Povo.

Levanto aqui, mais uma vez, a nossa modesta voz para dizer que, se não nos podem pagar o nosso crédito integralmente, dêem ao menos, por conta dele, os 120.000.000,00 necessários ao prosseguimento das obras em andamento do Nordeste. Que façam isso com urgência porque, como lembrou em discutido discurso S. Ex^a o Sr. Presidente da República, não deve zombar



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

dos sofrimentos alheios, mesmo porque a miséria é má conselheira. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Senhor Celso Peçanha. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Sá Cavalcanti.

(Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Lobo Carneiro.

(Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Armando Falcão.

(Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Dilermano Cruz.

O Sr. DILERMANO CRUZ (Não foi revisto pelo orador) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, há dias o plenário desta casa foi agitado com discussões em torno da compra do acervo da Leopoldina Railway pelo Governo brasileiro.

Depois de assistirmos à exposição do ilustre Deputado Clovis Pestana, em que ficou positivadas a boa intenção do Governo e a absoluta lisura da transação, apareceu mesmo, nos jornais, uma resposta do D.A.S.P. às críticas formuladas desta tribuna. Cabe, entretanto, uma apreciação. Na qualidade de Deputado, representante da zona fartamente servida pela Leopoldina, nós nos julgamos no dever de esclarecer ao Brasil, que essa



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
YING-TUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

transação – repito, e nunca será demais – feita com lisura pelo Governo passado, não consultava, pelos motivos apontados, os legítimos interesses nacionais. Se é bem verdade o aqui afirmado, que se comprou a Leopoldina Railway com medo do “calote” dos ingleses; se é bem verdade que esses congelados foram considerados moeda quase inaproveitável, não se compreende que, possuindo o Brasil meios de se fazer pagar, não usasse para com a Inglaterra dos mesmos recursos que ela empregou quando nos atrasamos nos empréstimos em divisas, que já estão fazendo falta ao reaparelhamento industrial do Brasil, para quando uma solução melhor surgisse, desde que, à Inglaterra, era impossível carregar com a Leopoldina Railway. Uma simples intervenção administrativa, enquanto perdurasse esse estado de coisas, resolveria o problema, sem despender nossa pátria daquelas divisas, conseguidas numa situação excepcional.

De que valeram, então, para o Brasil, os esforços industriais, a remessa de mercadorias com o objetivo de formar esse fundo no exterior se, posteriormente, a pretexto da impossibilidade...



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: “Da organização Autárquica do DNOCS”
Resp. Diário do Congresso Nacional
Data: 9. junho. 1951
Fichário: Teresa

PROJETO

Nº 809-1951

Da organização autárquica do Departamento
de Obras Contra as Secas

(Do. Sr. Virgílio Távora)

CAPÍTULO I

Dos Fins, do Regime Jurídico e da Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Art. 1º – O Departamento Nacional de Obras contra as Secas (D.N.ao ministro da viação e Obras Públicas), é erigido em pessoa jurídica, com autonomia administrativa e financeira, e passa a reger-se pelas disposições da presente lei.

Art. 2º – Ao referido Departamento que terá sua sede na capital da Republica, incumbe:

- a) superintender a execução do plano de defesa contra as secas, a que se refere o art. 193 da Constituição;



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
FUNGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

EM



GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

- b) organizar os planos e programas parciais de obras indispensáveis ao desenvolvimento harmônico de plano geral e executa-los ou fiscalizar a sua execução;
- c) efetuar sistematicamente os trabalhos preparatórios e os serviços complementares necessários à conveniente execução e ao adequado aproveitamento das obras de que tratam as alíneas procedentes;
- d) desempenhar as atribuições que lhe são conferidas pela Lei número 1.004, de 24 de dezembro de 1949, observando o Regulamento que, para sua execução, for expedido;
- e) colaborar com os Estados, Municípios, particulares, sindicatos, cooperativas e empresas privadas na execução das obras a que se referem os arts. 21 a 30 do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 19.726, de 21 de fevereiro de 1931, e o Decreto-lei nº 6.255, de 9 de fevereiro de 1944;
- f) elaborar e propor ao Governo uma consolidação atualizada da legislação e das disposições complementares referentes a obras contra as secas;
- g) efetuar a coleta sistemática e a divulgação de dados e informações concernentes à geofísica, quer do polígono das secas, definido no art. 32, quer de quaisquer outras zonas do país, a que Lei venha a estender a sua ação;



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

- h) propor ao Governo tanto as alterações, que convierem, na presente Lei, como as Leis complementares, que forem necessárias à sua execução e ao aperfeiçoamento dos serviços de defesa contra as secas;
- i) coligir e coordenar, permanentemente, elementos informativos e dados estatísticos de interesse para a administração das obras contra as secas;
- j) organizar trabalhos de divulgação, inclusive reuniões e congressos, e exercer quaisquer atividades compatíveis com as leis tendentes ao desenvolvimento das obras contra as secas.

Art. 3º – São consideradas obras e serviços contra os efeitos das secas, para os efeitos desta Lei;

1) as obras de regularização e derivação de rios para fins de irrigação ou outros, nelas incluídos os canais adutores, as barragens, a elevação mecânica das águas, o preparo e a drenagem das áreas irrigáveis e sua defesa direta contra as inundações, bem assim, quaisquer outras e serviços complementares ou conexos;

2) as obras de combate à erosão, de maneira geral;

3) as barragens submersas ou enterradas e obras conexas, para elevação e regularização do nível freático;

4) a perfuração de poços e a abertura de galerias de captação de águas para alimentação, irrigação ou outros fins, neles incluídos os serviços e obras complementares ou conexos;



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

5) a piscicultura nos rios, lagos e açudes, para seleção e melhoramento de espécies de peixes, e as instalações destinadas ao preparo e à conservação do pescado;

6) o estabelecimento de centros de experimentação e demonstração agrícolas e o cultivo de hortos florestais e de campos de forragens, para a seleção das espécies vegetais recomendáveis na área assolada pelas secas, e para distribuição de sementes e mudas;

7) o estudo e a sistematização de métodos e processos de irrigação, para conveniente orientação dos agricultores, no aproveitamento das áreas irrigadas;

8) o estabelecimento de fazendas modelos na região assolada pela seca, para colonização com famílias de proprietários rurais, e onde sejam utilizados e estudados sistematicamente os recursos de combate ao flagelo, mais acessíveis ao fazendeiro, tais como, entre outros, a açudagem, a irrigação, as barragens submersas e a lavoura seca;

9) a construção e a conservação das rodovias de acesso às obras públicas e das necessárias à conservação e exploração dessas obras, tais, como, entre outras, as rodovias de contorno em bacias hidráulicas e as rodovias de serviço nas bacias de irrigação;

10) a coleta sistemática, com a instalação dos postos de observação e serviços necessários, de dados e informações sobre a geologia, hidrologia e meteorologia da área delimitada no art. 40 da presente lei;



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGST-JUN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

11) a organização estatística dos dados e informações previstas no número anterior e bem assim das obras e serviços projetados executados.

CAPÍTULO II

Da organização do Departamento

Art. 4º – O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas passa a ter a seguinte organização, em linhas gerais:

I – órgãos deliberativos:

- a) Conselho Nacional de Obras Contra as Secas;
- b) Conselho de Administração.

II – Órgão fiscal:

Delegação de Controle.

III – Órgãos executivos:

- a) Diretoria Geral;
- b) Divisões, distritos, serviços técnicos, administrativos e jurídicos que se façam necessários.

Art. 5º – O Conselho Nacional de Obras Contra as Secas (C.N.O.C.S.) será constituído dos seguintes membros, nomeados pelo Presidente da República:

- a) um Presidente – engenheiro civil;
- b) um representante do Estado Maior Geral das Forças Armadas;



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

- c) um representante do Ministério da Agricultura;
- d) um representante do Ministério a que estiverem afeitos os assuntos referentes à saúde pública;
- e) um representante do Conselho Nacional de Geografia;
- f) um representante da Federação Brasileira de Engenheiros;
- g) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- h) um cidadão de reconhecida proficiência em assuntos pertinentes à defesa contra as secas, indicado pelo Ministro da Viação e Obras públicas.

Parágrafo único – Além destes conselheiros, que deverão ser estranhos ao quadro do funcionalismo do DNOCS, será membro nato do Conselho o Diretor do Departamento.

Art. 6º – A orientação superior do Departamento será exercida pelo Conselho Nacional de Obras Contra Secas, ao qual compete deliberar por iniciativa própria ou do Diretor.

- a) a regulamentação da presente Lei
- b) os planos gerais e os programas quinquenais de trabalho do Departamento, apresentados pelo Diretor Geral, a serem...



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**



www.colecaomossoroense.org.br

SUMÁRIO

1. OUTROS DOCUMENTOS: CONT	
Alencar Araripe	02
1.1 Legislação referida	02
2. OUTROS DOCUMENTOS: DISCURSO	
Alencar Araripe	13
2.1 Seca e inverno	13
2.2 Os peixes pagam os açudes	26
3. OUTROS DOCUMENTOS: PROJETO Nº 312/51 (Diário do Congresso Nacional)	29
3.1 Justificação	32
4. OUTROS DOCUMENTOS: SUBVENÇÃO ASSOCIAÇÕES RURAIS	35
Congresso Nacional	
4.1 Projeto nº 311-1951	35
4.1.1 Justificação	36



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

5. OUTROS DOCUMENTOS:

IRRIGAÇÃO E ENERGIA HÍDRAULICA	40
5.1. projeto nº 761	40
5.1.1 Justificação	41
5.2. Uma solução	42
5.3. Água abundante	42
5.4 A Chapada do Araripe	43
5.5 A Fonte do Granjeiro	44
5.6 Fontes Artificiais	45
6.7 Centro Agrícola de 1ª Ordem	46
5.8 20 cidades renovadas	47
5.9 A felicidade do caboclo	47

6. OUTROS DOCUMENTOS:

O PODER EXECUTIVO AUTORIZA ESTUDOS,
PROJETOS E CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS 53

Poder executivo

6.1 Projeto nº 337-1951	53
6.1.1 Justificação	55

7. OUTROS DOCUMENTOS: CONTINUAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETO DE BARRAGENS..... 65

8. OUTROS DOCUMENTOS: COMUNICAÇÃO 73 Câmara dos Deputados



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

9. OUTROS DOCUMENTOS:

DEPUTADO ADAIL BARRETO (CEARÁ) 81
Diário do Congresso Nacional

10. OUTROS DOCUMENTOS:

“DA ORGANIZAÇÃO AUTÁRQUICA
DO DNOCS” 89
Diário do Congresso nacional

10.1. Projeto nº 809-1951 89